

J. FREITAS



Mantega (E), Maciel, Temporão e Paulo Bernardo: mais uma rodada de debates sobre a contribuição

CPMF deve ter “proposta definitiva” do governo

- Parlamentares do governo e da oposição vão conhecer nesta segunda-feira pontos em que o governo aceita flexibilizar projeto aprovado pela Câmara e em exame na CCJ do Senado
- Executiva do PSDB deve se reunir na terça-feira para decidir como vai se posicionar em relação a uma nova oferta do governo. Líder diz que partido não aceita ser “enrolado”
- Senado votará texto da Câmara que assegura R\$ 24 bilhões para a saúde pública nos próximos quatro anos. Tião Viana celebra “enorme avanço para o Brasil” na área

PÁGINAS 3 E 4

ONGs: ministro pede leis mais rigorosas

Jorge Hage, da Controladoria-Geral da União, defendeu em CPI um marco regulatório para o terceiro setor.

PÁGINA 10

e mais...

AGENDA

Página 2

AGORA É LEI

PERGUNTE AO SENADOR

FOTO DA SEMANA

FRASES

VOZ DO LEITOR

Página 13

CÉLIO AZEVEDO



Contribuição sindical deve ser votada até quarta

Paulo Paim disse que o projeto, de iniciativa do Executivo, que trata da obrigatoriedade da contribuição sindical e da legalização das centrais sindicais, deverá ser aprovado por acordo de lideranças até quarta-feira. O texto tramita ao mesmo tempo na CAE, CAS e CCJ, em regime de urgência.

PÁGINA 8

Audiência da Comissão de Direitos Humanos atraiu representantes de centrais sindicais

CPI do Apagão retira indiciados do relatório de Demostenes

PÁGINA 11

Cidadania

Aprenda a se organizar para administrar suas finanças

Depois de pagar as dívidas, o próximo passo deve ser gerir as finanças rumo à prosperidade. Veja nesta edição do *Especial Cidadania* como administrar as finanças da família, inclusive educando os filhos para lidar com o dinheiro.

PÁGINA 16

Meirelles alerta sobre cheque especial

PÁGINA 8

TRIBUTOS “Se os números forem fraquinhos, vamos imaginar que o governo quer nos enrolar”, afirma Virgílio

Governo faz proposta final para CPMF

Ao final da audiência pública da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) destinada a debater a proposta de emenda à Constituição (PEC 89/07) que prorroga até 2011 a cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), o ministro da Fazenda, Guido Mantega, afirmou que a proposta definitiva do governo deverá ser apresentada aos parlamentares da base e da oposição nesta segunda-feira.

Segundo Mantega, a intenção

do governo é “caminhar para uma solução de flexibilização”. Ele explicou que um dos principais pontos dessa proposta é a extensão da faixa de isenção aos contribuintes com renda superior a R\$ 1.640. Nesse caso, parte do que é pago à CPMF poderia ser abatida do Imposto de Renda.

– Estamos fazendo cálculos para saber o custo de uma medida dessa natureza. O inconveniente seria a diminuição dos recursos repassados a estados e municípios – observou.

Já o senador Arthur Virgílio

(AM), líder do PSDB, informou que a Executiva Nacional do partido se reunirá nesta terça-feira para decidir como irá se posicionar em relação à proposta do governo.

– Queremos analisar uma proposta precificada. Se os números forem fraquinhos, vamos imaginar que o governo quer nos enrolar – ressaltou.

De acordo com o senador, os tucanos querem ver, em números, a garantia de que serão investidos, em dez anos, R\$ 160 bilhões na área da saúde. Além

disso, esperam uma proposta concreta de redução de gastos públicos e da carga tributária.

Virgílio criticou o governo por ter posto na mesa de negociações a proposta de desoneração da folha de pagamento das empresas por meio da redução das contribuições destinadas ao sistema S (Senai, Sesc, Sebrae e outras), que arrecada cerca de R\$ 13 bilhões por ano.

– O sistema S é protegido pela Constituição. Seria um processo muito demorado. Se querem brigar com Paulo Skaf [presidente

da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – Fiesp], briguem pelo jornal. As propostas devem ser sérias, factíveis e convincentes. E queremos mecanismos que nos levem a acreditar que as promessas serão cumpridas – disse o líder do PSDB.

Guido Mantega afirmou que “o sistema S não é intocável”, mas reconheceu que a idéia requer amadurecimento.

– Vamos analisar a proposta com toda cautela. Não dá tempo de fazer uma análise aprofundada agora – afirmou.



Mantega expõe as razões do governo na audiência da Comissão de Justiça, ao lado de Kátia Abreu, Marco Maciel, José Gomes Temporão e Paulo Bernardo

Mais R\$ 24 bi para saúde em quatro anos

O Senado deverá votar o substitutivo aprovado pela Câmara para regulamentar a Emenda Constitucional 29, de 2000, que garantirá R\$ 24 bilhões para a saúde nos próximos quatro anos, e não o texto que o presidente interino da Casa, Tião Viana (PT-AC), apresentou em 2002 disciplinando a mesma matéria. A informação foi prestada pelo próprio senador Tião Viana, na quinta-feira. Para ele, o importante são os ganhos que a saúde brasileira terá a partir de agora.

– Nós, do Senado, que não lutamos por vaidade e, sim, por políticas sociais que favoreçam o povo brasileiro, devemos ter a grandeza de, neste momento, valorizar

o que foi construído na Câmara e entender que nossa Casa não precisa disputar a autoria da matéria, e sim buscar o bom resultado para a sociedade brasileira. E eu sei que os partidos no Senado estão preparados para isso – disse Tião Viana.

Durante a sessão da Câmara em que a matéria foi aprovada, o presidente daquela Casa, Arlindo Chinaglia, também garantiu que não houve disputa pela autoria da lei e elogiou a iniciativa de Tião Viana. Chinaglia ressaltou

que era seu dever “fazer um registro especial também ao presidente interino do Senado Federal, senador Tião Viana”, lembrando que o senador foi o primeiro a apresentar proposta para regulamentar a Emenda Constitucional 29.

“Se dependesse apenas de uma escolha que levasse em conta homenagear quem teve a primeira iniciativa, eu defenderia a votação do projeto do senador Tião Viana”, disse Chinaglia, explicando que contingências políticas fizeram com que o projeto da Câmara tivesse preferência.

Tião Viana explicou que são mínimas as diferenças entre o texto aprovado na Câmara e o que aguarda votação no Senado. Para ele, o mais importante é que haja, por parte do poder público, responsabilidade relativa ao que é gasto com saúde e ao que não pode ser contabilizado como gasto com saúde.

– O importante é que ficou definido o que municípios, estados e União podem e devem aplicar como gasto com saúde. Rompeu-se um círculo vicioso em que a União só repassava o equivalente ao exercício financeiro anterior mais a variação do

PIB nominal. Agora, haverá um acréscimo progressivo até o ano de 2011, que deverá se afirmar como um recurso permanente na história da saúde pública no Brasil – frisou.

Pelos cálculos de Tião Viana, somadas as responsabilidades de estados, municípios e União resultantes do texto aprovado, o Brasil terá, até 2011, um acréscimo de recursos de R\$ 50 bilhões para a saúde. Ele voltou a definir o texto aprovado como um enorme avanço para o Brasil e celebrou a matéria, sobretudo como fruto do compromisso da Câmara e do Senado.

Ao lembrar que apresentou o projeto de regulamentação da Emenda 29 em 2002, dois anos antes de surgir o texto da Câmara, Tião Viana observou que, por essa razão, tem toda a legitimidade para apelar aos senadores para que votem o projeto.

Indagado se a aprovação dessa matéria na Câmara garante agora a proposta que prorroga a cobrança da contribuição, Tião Viana disse que a CPMF também se encontra numa fase de ajuste de posições e de entendimento e que, naturalmente, essa boa disposição pode atrelar uma votação à outra. E recomendou: “Agora, a palavra tem que voltar aos senhores líderes para os entendimentos finais”.

A contribuição em números

R\$ 201,2 bilhões

foi a arrecadação total da CPMF desde a sua criação, em 1996

R\$ 32,9 bilhões

Foram gerados com a CPMF apenas no ano passado

R\$ 33,5 bilhões

foram desviados da função de financiar o setor da saúde só na última década

R\$ 5,7 bilhões

da CPMF ficaram retidos no caixa no Tesouro Nacional só em 2006. A quantia equivaleu ao dobro dos investimentos da pasta da saúde no ano passado

R\$ 35 bilhões

é a previsão de arrecadação da CPMF para este ano, até dezembro

216,1%

foi o crescimento da receita gerada pela CPMF entre 1998 e 2006, enquanto o montante de tributos administrados pela Receita Federal evoluiu apenas 78,4% no período, em termos reais

R\$ 23,3 bilhões

da CPMF devem ser destinados à saúde e à Previdência Social em 2007

Fonte: Siafi

TRIBUTOS Mantega diz que proposta final do governo para negociar apoio à CPMF será fechada esta semana



Senadores da CCJ assistem apresentação em que três ministros defenderam importância do chamado imposto do cheque para garantir recursos à saúde pública

JOSÉ CRUZ

Ministros: CPMF é indispensável

Os ministros do Planejamento, Paulo Bernardo, da Fazenda, Guido Mantega, e da Saúde, José Gomes Temporão, estiveram na última quinta-feira na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Na ocasião, Mantega disse que o governo concluiu até esta segunda-feira a proposta final que será apresentada ao PSDB em troca do apoio à PEC que prorroga a cobrança da CPMF.

Paulo Bernardo: imposto do cheque deve ser permanente

Paulo Bernardo, ministro do Planejamento, defendeu na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), a manutenção da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), como imposto permanente. Ele afirmou que o chamado imposto do cheque é um forte instrumento para garantir o ajuste fiscal, combater a sonegação, além de ser uma boa fonte arrecadadora de recursos para os cofres da União.

O ministro admitiu, entretanto, uma redução da alíquota do tributo – atualmente na casa de 0,38% – como forma de, no seu entender, promover a desoneração da carga tributária. O ministro não adiantou o valor da redução, mas deixou claro ser “impensável” promover uma súbita redução da CPMF, cuja arrecadação é estimada em R\$ 40 bilhões para 2008. Caso isso viesse a ocorrer, previu o ministro, o governo não teria mais condições de fazer o ajuste fiscal, além de enfrentar sérias dificuldades para continuar a promover o processo de crescimento.

Mantega reafirma que CPMF é fundamental para estabilidade

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, condenou a tese de que os aumentos verificados na arrecadação das receitas da União permitem a extinção da CPMF sem riscos para as contas públicas. Mantega disse que os críticos da renovação cometem um grande engano, pois desconsideram que a maior parte do que o governo arrecada a mais acaba sendo consumido por despesas obrigatórias, pelo aumento dos programas sociais ou dos investimentos.

– A CPMF é fundamental para garantir a estabilidade fiscal. A interrupção de sua cobrança exigiria um ajuste brutal e irracional das despesas – afirmou.

Mantega ressaltou que o governo deve arrecadar no próximo ano R\$ 682,7 bilhões, com acréscimo de R\$ 73,5 bilhões em relação a 2007, mas apenas R\$ 9,8 bilhões são recursos livres de vinculações. Ele frisou que o governo espera ainda economizar em outras despesas mais R\$ 1,7 bilhão e, com essa parcela, o montante disponível para gastos a livre critério do governo chegará a R\$ 11,5 bilhões.

Temporão: tributo assegura “média e alta complexidade”

Segundo o ministro da Saúde, José Gomes Temporão, a CPMF é a principal fonte de financiamento de ações e serviços de saúde de “média e alta complexidade” realizados em estados e municípios por meio do Sistema Único de Saúde (SUS). O ministro afirmou na audiência da CCJ que esse tributo deve bancar neste ano quase 85% dessas ações e serviços. Temporão declarou também que, entre 1997 e 2007, a CPMF representou em média 40% das fontes de recursos do Ministério da Saúde.

– E 80% dos brasileiros dependem do SUS – ressaltou. Temporão destacou que, entre os procedimentos de “média e alta complexidade”, incluem-se consultas e atendimentos com médicos especializados, exames laboratoriais, exames de ultra-som, cirurgias ambulatoriais e outros. A rede de transplantes, hemocentros, centros de hemodiálise, tratamento cardíaco e de câncer e o Sistema de Atendimento de Urgência (Samu) também lidam com procedimentos de “média e alta complexidade”, disse ele.

Veja o que disseram os senadores

Kátia Abreu

Na reunião da CCJ que discutiu a PEC que prorroga a vigência, até 2011, da CPMF, a relatora da matéria, senadora Kátia Abreu (DEM-TO), afirmou que o governo não pode ampliar indefinidamente seus gastos. Para ela, é preciso reduzir estatais, rever o pacto federativo e as 12 atribuições sobrepostas aos entes federativos.

Arthur Virgílio

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), informou que a oposição cobrou do governo federal, além da redução da alíquota da CPMF, o enquadramento da União na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e propôs a criação de um redutor de gastos públicos (0,2%) sobre o total dos despesas do governo, além da desoneração de tributos.

Ideli Salvatti

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC), líder do PT, anunciou na quarta-feira ter participado de uma reunião com o ministro da Fazenda, Guido Mantega, ocorrida após reunião do ministro com representantes do PSDB. Segundo ela, as propostas debatidas para a prorrogação da CPMF e para a regulamentação da Emenda 29 estão “num bom caminho”.

Alvaro Dias

Ao registrar a realização do 31º Congresso Brasileiro de Urologia, que ocorreu na última semana, Alvaro Dias (PSDB-PR) alertou para a necessidade de se debater um novo modelo para a saúde pública não apenas no Brasil, mas em todo o mundo. O senador comentou que a crise já atinge até os Estados Unidos, país que mais investe no setor.

Osmar Dias

Osmar Dias (PDT-PR) defendeu mudanças na proposta que prorroga até 2011 a CPMF e a Desvinculação das Receitas da União (DRU). – Propomos que o governo não aplique a DRU sobre a CPMF. Assim, todo o dinheiro arrecadado para a saúde irá para a saúde – afirmou o senador.

Mão Santa

“Passada a votação da CPMF aqui no Senado, os 25 mil alopados pilantras e picaretas que estão servindo nesse governo vão exigir do presidente Lula a aprovação do terceiro mandato.” A previsão foi feita por Mão Santa (PMDB-PI), que denunciou ainda a existência de suposta tentativa do PT de transformar o Brasil em uma cleptocracia.

José Agripino

José Agripino (DEM-RN) disse que o que solidificou sua posição de votar contra a prorrogação da CPMF foram os números apresentados pela Fiesp, segundo os quais R\$ 40 bilhões que o governo deixaria de arrecadar com o fim do tributo seriam compensados com receitas adicionais não previstas na proposta orçamentária para 2008.

Flexa Ribeiro

Ao criticar argumento utilizado pelo governo para justificar a prorrogação da CPMF – ideia segundo a qual a garantia de recursos para a saúde estaria na dependência da manutenção da cobrança do tributo –, Flexa Ribeiro (PSDB-PA) afirmou que a sua instituição, ao invés de aumentar, na verdade reduziu os recursos para o setor de saúde pública.

Para Fiesp, governo pode suportar fim do tributo

O presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fieps), Paulo Skaf, defendeu na quarta-feira, em audiência na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), a extinção da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) a partir de 2008. Segundo ele, as contas públicas podem suportar com folga o corte da arrecadação já no próximo ano, quando a receita é estimada em R\$ 40 bilhões. Disse que receitas adicionais que não aparecem nas previsões do governo, mais possíveis reduções de gastos, devem assegurar a economia de R\$ 62 bilhões em 2008, resultado que asseguraria ainda uma margem de R\$ 22 bilhões para a acomodação dos gastos.

Paulo Skaf e o representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Antonio Carlos do Amaral, foram os mais radicalmente contrários ao tributo. Também participaram da audiência o deputado federal Antônio Palocci (PT-SP), o economista Márcio Nakame e Gabriel Ferreira, pela Federação Brasileira de Bancos

(Febraban), com posições mais flexíveis em relação ao tributo. Palocci, que foi o relator na Câmara da proposta de emenda Constitucional que prorroga a CPMF, alertou que a extinção abrupta da contribuição pode levar o governo a enfrentar grave desequilíbrio fiscal.

– Se for desejo unânime da sociedade reduzir R\$ 40 bilhões na arrecadação, é possível ser feito, mas as contas públicas não suportariam isso de um mês para outro – disse.

Como Palocci, Nakame – que é professor da Universidade de São Paulo (USP) – aponta aspectos negativos e positivos na CPMF, entre esses a simplicidade e a facilidade de cobrança. No entanto, o economista ressaltou que a discussão mais relevante é a reforma tributária, campo próprio, segundo ele, para o debate sobre a existência do tributo. Por isso, recomendou que, caso o Senado concorde em renovar a CPMF, condicione a medida ao compromisso do governo com a reforma e a avaliação sobre a carga tributária aceitável para o país.

COMISSÕES



Relator da proposta, Expedito Júnior (D) ressalta a mudança que impede o uso de grampo telefônico para investigar crime com pena mínima igual ou inferior a um ano

Novas regras para as escutas telefônicas

Projeto de lei do senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), que impõe critérios mais rigorosos para as interceptações telefônicas (os chamados “grampos”) com autorização judicial, foi aprovado pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT). A idéia de Jarbas é “moralizar aquilo que hoje se transformou em um verdadeiro mercado de escutas telefônicas”. O PLS 525/07 será examinado em decisão terminativa pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Para implementar essas mudanças, o projeto modifica a Lei 9.296/96, que regulamenta o

artigo constitucional que permite as interceptações telefônicas “por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal”.

Em agosto, Jarbas Vasconcelos criticou a forma como a Polícia Federal vinha realizando essas interceptações, avaliando que a instituição estava cometendo exageros ao “grampear todo mundo”.

No projeto, apresentado em setembro, o senador defende critérios mais rigorosos “tendo em vista o nível de invasão na intimidade e vida privada das pessoas, inclusive daquelas que não têm nada a ver com a

prática criminosa”.

Jarbas Vasconcelos ressalva que “nenhuma das inovações propostas choca-se com a velocidade da investigação; apenas se determina que as autoridades deverão encaminhar o pedido [de interceptação] com mais critério e com fundamentação mais sólida”.

O relator Expedito Júnior (PR-RO), favorável à aprovação, destacou entre as mudanças propostas a que proíbe a interceptação quando o fato investigado constituir crime com pena mínima igual ou inferior a um ano. Dessa forma, as investigações de crimes com “menor potencial ofensivo” não poderiam incluir escutas.

Principais mudanças incluídas no projeto

- ◆ Não será admitida a interceptação quando o fato investigado constituir crime com pena mínima igual ou inferior a um ano.
- ◆ Os pedidos de interceptação terão de conter os números dos respectivos telefones, os nomes dos titulares das linhas, a data da ativação da interceptação e o nome da autoridade policial responsável.
- ◆ O pedido somente poderá ser formulado verbalmente quando houver risco de vida para uma pessoa. Nesse caso, em caráter excepcional, o juiz dispensará momentaneamente um ou mais requisitos previstos na lei.
- ◆ Caso a autoridade policial requisite serviços técnicos especializados à concessionária, deverá acompanhar todos os atos necessários à realização da interceptação.
- ◆ Ao término da instrução processual, todas as pessoas que tiveram suas comunicações interceptadas deverão ser comunicadas, salvo se o juiz entender que essa providência prejudicará outras investigações.
- ◆ Aumento de um terço até metade da pena se o crime de interceptação ilegal for praticado por funcionário público (a pena para a interceptação ilegal é de reclusão de dois a quatro anos e multa).
- ◆ Pena de reclusão de um a três anos e multa, para o crime de afirmação falsa com o fim de induzir a erro a autoridade judicial no procedimento de interceptação telefônica.

Aprovado desconto para alunos em dia com o Fies

Os universitários financiados pelo Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior (Fies), em dia com seus pagamentos e que já tenham pago ao menos 75% da dívida, podem ter desconto sobre o saldo devedor, conforme projeto (PLS 124/07) aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Apresentada pela senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), a proposta vai a exame da

Comissão de Educação (CE), em decisão terminativa. Se não houver recurso para votação em Plenário, será enviada à Câmara dos Deputados.

O projeto apresenta duas opções: o estudante receberá 5% de desconto nas parcelas que restam, desde que sejam pagas sem atraso, ou poderá pagar antecipadamente todo o saldo devedor, obtendo um desconto de 25%.

Lúcia Vânia declarou que sua intenção foi “premiar o bom pagador” e, assim, diminuir o nível de inadimplência do Fies. A relatora Ideli Salvatti (PT-SC) informou que o último relatório de gestão do fundo, elaborado pela Caixa Econômica Federal, agente operadora do Fies, a inadimplência registrada para os contratos ativos no exercício de 2006 foi de 15%.

O Fies foi criado em 1999 para substituir o Programa de Crédito Educativo. A Caixa estima que o Fies beneficie atualmente mais de 400 mil estudantes universitários, num total aproximado de R\$ 4,5 bilhões em recursos aplicados.



Agripino, autor, e Ideli, relatora, conversam sobre o projeto do FAT: bolsas mensais de R\$ 200

FAT pode ajudar a treinar jovens

Os recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) podem ser aplicados em bolsas de aperfeiçoamento profissional de R\$ 200 mensais para remunerar estagiários em universidades e empresas. O valor das bolsas será reajustado anualmente, de acordo com projeto (PLS 177/02) aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e que será examinado ainda pela Comissão de Educação (CE) em decisão terminativa.

O objetivo do autor, senador José Agripino (DEM-RN), é qualificar jovens universitários, principalmente os mais pobres, e assegurar que eles prestem serviços

à sociedade por meio do estágio. Já o senador Osmar Dias (PDT-PR) afirmou que é necessário implementar uma política de estágios no país, de forma a qualificar os jovens de 16 a 24 anos e reduzir o desemprego nessa faixa etária.

Ao defender a aprovação do projeto, a relatora, Ideli Salvatti (PT-SC), explicou que os estágios seriam custeados pelo FAT da seguinte forma: 100%, quando realizados em universidades públicas; 75%, quando em universidades privadas ou micro e pequenas empresas; 50%, em outros tipos de empresas. No caso do estágio em universidades, “deverá ser

supervisionado por professor qualificado e não poderá ocorrer em grande centro urbano”.

A duração do estágio será de seis meses, podendo ser renovado uma vez. Além disso, não poderá haver vínculo empregatício nem o estagiário terá qualquer direito previdenciário. Também só poderá receber a bolsa o estudante ou o trabalhador que não tiver outro meio de subsistência. Ideli destacou ainda que caberá ao Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat) determinar as condições indispensáveis para o recebimento das bolsas.

MÁRCIA KALUME



Senadora Lúcia Vânia, autora da proposta, quer “premiar o bom pagador” com o desconto

COMISSÕES



Comissão aprova iniciativa, relatada por Osmar Dias (D), para estimular áreas sob preservação

Proposta isenta de ITR toda área preservada

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) aprovou na semana passada parecer favorável a projeto de Serys Slhessarenko (PT-MT) que isenta do Imposto Territorial Rural (ITR) as áreas preservadas além do limite exigido pela legislação atual. Hoje, para a isenção, a lei exige declaração oficial de “interesse ambiental” da área sob preservação.

O relator da matéria (PLS 304/07), Osmar Dias (PDT-PR), disse que havia recusado sugestão da liderança do governo para adiar a leitura do parecer. Argumentou que a proposta tramita no Senado há bastante tempo e chegou a hora de colocá-la em

votação. O projeto seguirá para análise da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde será votado em decisão terminativa.

A proposição visa excluir das hipóteses de incidência do tributo toda e qualquer área preservada, independentemente do reconhecimento do “interesse ecológico” pelo órgão competente, explicou Osmar Dias no parecer.

– Entendemos que exigir a ratificação da necessidade de preservação ambiental por um órgão governamental, além de configurar excesso de burocracia, é desnecessário, pois não há dúvidas de que o incremento de áreas sob preservação será bem-vindo – afirmou.

A comissão também aprovou parecer de Jonas Pinheiro (DEM-MT) a aviso do Tribunal de Contas da União (TCU) solicitando aos presidentes do Congresso Nacional e da Comissão Mista de Orçamento (CMO) que atentem para a previsão, na lei Orçamentária Anual, do mínimo de 20% dos recursos destinados à irrigação para a região Centro-Oeste. Esse percentual é previsto no artigo 42, inciso I, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

No relatório, Jonas Pinheiro solicita informações ao Ministério do Planejamento relativas ao descumprimento de dispositivos constitucionais.

Audiência debaterá compra de terras

Os ministros da Justiça, Tarso Genro, e do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, serão convidados para discutir, na Comissão de Agricultura, as questões legais relativas à compra de terras no país por estrangeiros.

Requerimento propondo a audiência, de Renato Casagrande (PSB-ES) e Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), foi aprovado pelo colegiado. Também serão convidados representantes do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e da Advocacia Geral da União.

A proposição recebeu apoio de César Borges (PR-BA) e Osmar Dias (PDT-PR), que defenderam os investimentos estrangeiros na agricultura brasileira.

Valadares disse estar preocupado com o grande interesse de fundos de investimentos e de grandes corporações multinacionais pela aquisição de terras no Brasil.

O senador citou matéria do jornal *O Estado de S. Paulo* segundo a qual, na região em torno do município de Luiz Eduardo Magalhães (BA), na década de 1990, fazendeiros americanos

começaram a comprar terras. Agora, já estão chegando fazendeiros de outras nacionalidades. Valadares observou que lhe chamou a atenção, ainda, a compra de 19 mil hectares de terras no Paraná por empresas americanas, sob a alegação de preservação ambiental.

– Sabemos também do interesse de grupos estrangeiros por investimentos na produção de combustíveis alternativos, em cujo centro o Brasil se situa, com a tecnologia para a produção de álcool – frisou.

Projeto garante acesso de indígenas à universidade

Projeto que objetiva garantir aos indígenas a possibilidade de acesso às universidades públicas e privadas, bem como à pesquisa e ao desenvolvimento de programas especiais a eles destinados, foi aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Pela proposta (PLC 46/07) – que segue agora para exame da Comissão de Educação (CE) –, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/96) terá um artigo específico prevendo oferta de vagas para indígenas em universidades públicas e privadas. O relatório de Cristovam Buarque (PDT-DF), favorável ao projeto, foi lido pelo relator *ad hoc*, João Durval Carneiro (PDT-BA).

Cristovam lamentou o fato de o projeto não levantar, explicita-

mente, a bandeira de uma universidade multicultural indígena, patrocinada pela União. Considerou, porém, que a inclusão de um artigo específico sobre educação superior dos indígenas na LDB já representa um avanço.

Para o senador Paulo Paim (PT-RS), a aprovação do projeto facilitará a abertura das portas do ensino superior aos povos indígenas, bem como do desenvolvimento de programas especiais destinados a eles.

Durante a reunião da CAS, Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) leu seu relatório apresentado ao PLS 194/07, de César Borges (PR-BA), proibindo o desconto, nos salários dos caixas de estabelecimentos comerciais, garçons, cobreadores de ônibus ou



Cristovam, relator, considera a proposta um avanço na inclusão da população indígena

frentistas dos postos de gasolina de quaisquer pagamentos efetuados por meio de cheques sem provisão de fundos ou de cartões de crédito “clonados”. Garibaldi lembrou que a CLT já veda esses descontos, mas afirmou que a proposta deve ser acolhida para estabelecer mais proteção aos salários dos trabalhadores.

Itens sigilosos podem ser dispensados de licitação

Os itens que envolvam “segredos científicos, tecnológicos, industriais ou estratégicos” – como é o caso dos itens relacionados ao programa nuclear brasileiro – podem ser dispensados de licitação, conforme projeto de Marcelo Crivella (PRB-RJ) aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT).

A proposta (PLS 269/06) “foi uma solicitação da Marinha”, declarou Crivella. O relator, senador Augusto Botelho (PT-RR), modificou o texto original.

Segundo Crivella, a Marinha vem desenvolvendo o domínio sobre o ciclo de enriquecimento de urânio (necessário para a geração de energia nuclear), “o que inclui muitos conhecimentos e tecnologias sigilosos, que pouquíssimos países detêm”. Ele também argumentou que a Lei de Licitações (Lei 8.666/93), ao exigir que os editais de compras públicas discriminem especificações e dados técnicos, pode expor assuntos estratégicos que envolvam alta tecnologia. Ou seja, outros países poderiam descobrir – por meio das licitações – programas ou linhas de ação do governo brasileiro que, de outra forma, seriam secretos.

– Os rigores da Lei de Licitações não devem ser aplicados quando o interesse nacional impõe a necessidade de se preservarem determinados sigilos – defendeu Crivella.

O substitutivo de Augusto Botelho não alterou a essência do texto original. Ele está entre os que defendem mais investimentos nas pesquisas sobre energia nuclear.

O projeto ainda será examinado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) em caráter terminativo, de onde poderá seguir para análise da Câmara.



Segundo Crivella, editais detalhados podem expor assuntos estratégicos

Acordos internacionais são ratificados pela CRE

Os textos de cinco acordos internacionais firmados pelo Brasil foram ratificados pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) na semana passada. Entre eles se encontra o PDS 112/07, que aprova o Tratado de Assistência Jurídica Mútua em Matéria Penal entre o Brasil e o Reino Unido, celebrado em 2005, cujo relator *ad hoc* foi o senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE).

Já o PDS 221/07, relatado por Inácio Arruda (PCdoB-CE), aprova o Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Brasil e a República de Gana, firmado em 2005.

Dois outros projetos referem-se a acordos firmados com o governo de Angola em 2005. Ambos tiveram Pedro Simon (PMDB-RS) como relator. O

primeiro (223/07) aprova o Acordo sobre Transferência de Pessoas Condenadas. O segundo (227/07) aprova o Acordo de Extradicação entre os países.

O PDS 225/07, também relatado por Valadares, acolhe emendas à Convenção Internacional sobre Busca e Salvamento Marítimo, de 1979.

A comissão acatou ainda dois requerimentos de voto de aplauso. O primeiro, de Magno Malta (PR-ES), é dirigido à Polícia Federal por sua atuação na prisão do traficante internacional de drogas Juan Abadia. O segundo, de Arthur Virgílio (PSDB-AM), homenageia o economista Alan Greenspan, pelo lançamento de seu livro *A era da turbulência: Aventuras em um mundo novo*.

Comissão recebe visita de senadores espanhóis

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) recebeu na semana passada uma delegação de senadores da Espanha, representando a Comissão da Indústria, Comércio e Turismo do Senado daquele país.

Estiveram presentes na reunião a presidente da CDR, Lúcia Vânia (PSDB-GO), e os senadores Adelmir Santana (DEM-DF), João Pedro (PT-AM), Cícero Lucena (PSDB-PB) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

Alvaro Dias saúda deputado equatoriano

Na última quinta-feira, o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) saudou a presença em Plenário do deputado equatoriano Ramsses Torres Espinosa. Ele foi acompanhado do deputado Luiz Carlos Haully (PSDB-PR), presidente do Fórum Interparlamentar das Américas (Fipa).

Espinosa esteve no Brasil para debater a crise política por que passa seu país, onde o presidente Rafael Correa Delgado desrespeitou acordos pré-eleitorais e destituiu o Congresso.

COMISSÕES

Saúde pode ter exame de proficiência

Os exames de proficiência para o exercício das profissões de médico e dentista poderão ser feitos de forma seriada – e não apenas em uma única prova, ao final do curso. A possibilidade foi defendida na terça-feira pelo senador Papaléo Paes (PSDB-AP), durante audiência da Comissão de Educação (CE) que debateu dois projetos que tratam dos exames: o PLS 217/04, do senador Tião Viana (PT-AC), e o PLS 102/06, de Serys Slhessarenko (PT-MT).

Papaléo, relator do PLS 102/06, criticou a liberalidade do governo em relação à abertura de novas escolas de Medicina e alertou para a ação dos “mercenários da educação”. Lamentou ainda a situação atual do ensino nas universidades públicas, mas afirmou que considera “punitiva” a realização de uma única prova de proficiência ao final de cursos deficientes.

– Estamos de acordo com uma avaliação, mas não cruel. Precisamos buscar alternativas, como uma avaliação seriada – sugeriu.

Para o secretário de Ensino Superior do Ministério da Educação, Ronaldo Mota, a realização de provas de proficiência, em diversas profissões, é cada vez mais comum no mundo – fato igualmente ressaltado em seguida pela chefe de divisão de Temas Educacionais do Ministério das Relações Exteriores, Almerinda Augusta de Freitas Carvalho. Mota considera “incrivelmente baixo” o número de pessoas formadas na população economicamente ativa, de 5 a 6 milhões de profissionais, e advertiu que é

preciso aumentar esse número, mas “com qualidade”.

O secretário-geral do Conselho Federal de Odontologia (CFO), Marcos Luis Macedo de Santana, disse ser equivocada a realização de uma prova de proficiência. Segundo ele, o conselho não pretende ser visto como “alcoz da sociedade”, ao reprovar candidatos à profissão de dentista.

O diretor de Proteção ao Paciente da Associação Médica Brasileira (AMB), Elias Fernando Miziara, elogiou a experiência do “teste de progresso” que vem sendo realizado em algumas universidades brasileiras, por meio do qual o aluno é avaliado ao longo do curso.

Por sua vez, o corregedor-adjunto do Conselho Federal de Medicina, José Fernando Maia Vinagre, defendeu a inclusão em lei da realização de testes de proficiência em português para médicos estrangeiros que desejem atuar no Brasil.

Para Serys Slhessarenko, se a realização de um único exame não for a forma mais adequada, outras alternativas poderão ser buscadas.

– O que não pode é se deixar como está. É a vida das pessoas que está em jogo – frisou ela.

Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) argumentou que os conselhos profissionais não foram criados para aferir a capacidade dos recém-graduados, mas sim para fiscalizar o exercício das respectivas profissões. Para o senador, tal prerrogativa, é exclusiva do poder público, neste caso o Ministério da Educação.

Futuros médicos e dentistas deverão passar por testes ao longo do curso



Miziara, da AMB (E); Cristovam Buarque; Mota, do Ministério da Educação; e Santana, do CFO

O que determina a OMS

A Organização Mundial de Saúde (OMS) preconiza como parâmetro ideal de atenção à saúde da população a relação de um médico para cada 1.000 habitantes. Para centros com uma rede de serviços bem estruturada, os técnicos defendem a ampliação desse parâmetro. De qualquer forma, a definição dessa relação torna-se um importante recurso de mapeamento da distribuição de médicos no país.

Considerando que os dados mais atualizados sobre o número de médicos ativos referiam-se a 2003, a Associação Médica Brasileira (AMB), no documento “Aberturas de escolas de Medicina no Brasil - Relatório de um cenário sombrio”, optou

por utilizar uma estimativa populacional para 1º de julho de 2002, feita pelo próprio IBGE, com base nas tendências aferidas pelos sucessivos censos populacionais das décadas recentes.

No Brasil, a relação média observada de 1/622 habitantes está bem acima do parâmetro considerado ideal, sendo que há grande concentração de médicos ativos nas regiões Sudeste (1/455 hab.), Sul (1/615 hab.) e Centro-Oeste (1/640 hab.). As regiões mais pobres – Nordeste e Norte – é que estão abaixo do parâmetro da OMS, apresentando relação média de 1/1.063 e de 1/1.345 habitantes, respectivamente.

“O Brasil é o único país do mundo que permite ao sujeito criar uma escola - como uma padaria ou açougue - para ganhar dinheiro.” (Darcy Ribeiro, ex-senador e educador)



Número de médicos para cada 1.000 habitantes

País	Ano	Total de médicos	Médicos por habitante
Cuba	2002	66.567	5.91
Rússia	2003	609.043	4.25
Itália	2004	241.000	4.20
França	2004	203.487	3.30
Argentina	1998	108.800	3.01
Alemanha	2003	277.885	2.86
E.U.A	2000	730.801	2.56
Reino Unido	1997	133.641	2.30
Japão	2002	251.889	1.98
Peru	1999	29.799	1.77
BRASIL	2004	292.934	1.55
Equador	2000	18.335	1.48
Colômbia	2002	58.761	1.35
Bolívia	2001	10.329	1.22

A oferta dos cursos de Medicina no país

Região	Escolas	Vagas 1º sem.
CENTRO-OESTE	11	1.030
DF	4	312
GO	2	190
MS	3	320
MT	2	208
NORDESTE	36	3.456
AL	2	130
BA	6	560
CE	7	582
MA	3	250
PB	6	600
PE	4	490
PI	4	362
RN	3	382
SE	1	100
NORTE	16	1.577
AC	1	80
AM	3	337
PA	4	390
RO	4	310
RR	1	20
TO	3	440
SUDESTE	79	9.071
ES	5	500
MG	26	2.786
RJ	17	2.332
SP	31	3.453
SUL	29	2.580
PR	8	772
RS	11	1.187
SC	10	621
BRASIL	171	17.714

Países com mais escolas de Medicina

País	Escolas	População	Pop. x escolas
Índia	222	1.129.866.073	0,005
BRASIL	171	189.000.000	1,100
China	150	1.321.852.000	0,009
EUA	126	302.140.500	2,398
México	84	108.701.803	1,286
Japão	80	127.046.944	1,588
Rússia	58	141.378.909	2,438
Colômbia	58	44.531.434	0,768
Coréia do Sul	51	48.847.671	0,958

Fonte: Organização Mundial da Saúde (OMS)

Concessão de rodovias será discutida em audiência na CAE

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) debaterá, em data a ser marcada, a concessão de rodovias no Brasil. Serão convidados Alfredo Nascimento, ministro dos Transportes; Mauro Arce, secretário de Transportes de São Paulo; Ubiratan Aguiar, ministro do Tribunal de Contas da União (TCU); e José Alexandre Resende, diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

A audiência foi solicitada por Ideli Salvatti (PT-SC). Ela ressaltou que o governo

fez em 9 de outubro um leilão de sete trechos de rodovias federais, em um total de 2,6 mil quilômetros de extensão.

A CAE também debaterá, em data a ser marcada, um empréstimo que o município de Uberaba (MG) pretende contratar com o Banco Mundial no valor de US\$ 17,27 milhões. A operação atenderia ao Projeto de Recuperação Ambiental da Bacia do Rio Uberaba e Revitalização do Sistema de Abastecimento de Água (Projeto Água Viva).

Subcomissão vai debater oferta e qualidade de medicamentos

O senador Papaléo Paes (PSDB-AP) propôs e a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou audiência pública para discutir o problema enfrentado por usuários de medicamentos que não têm similar nacional, como é o caso dos consumidores de Maliasin, de prescrição neurológica. Para o debate, na Subcomissão de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, serão convidados o presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Dirceu Raposo; o representante dos usuários de medicamentos importados, Ruy

Coutinho; da Trade Farma Importadora, Nancy D'Arienzo; e do Sistema Ambulatorial do Hospital Erasto Gaertner, Mara Keller Sartori; e o oncologista do Hospital Universitário de Brasília Murilo Buso.

A CAS solicitará, a pedido dos senadores Eduardo Azeredo (PSDB-MG) e Rosalba Ciarlini (DEM-RN), informações ao ministro da Saúde, José Gomes Temporão, sobre a fiscalização e a qualidade dos medicamentos genéricos destinados ao tratamento de pacientes de psiquiatria, que teriam a desconfiança dos médicos.

ECONOMIA Henrique Meirelles sugere aos correntistas que evitem financiar dívidas pagando altas taxas de juros

FOTOS: JOSÉ CRUZ



Senadores e deputados participaram da audiência pública com o presidente do Banco Central

BC: fiquem longe do cheque especial

Os consumidores devem evitar o uso do cheque especial para financiar gastos rotineiros. A recomendação foi feita na semana passada pelo presidente do Banco Central (BC), Henrique Meirelles, em audiência pública promovida por comissões técnicas do Senado e da Câmara dos Deputados.

Segundo Meirelles, empréstimos nessa linha de crédito são os mais onerosos para os clientes e só devem ser tomados em último caso, numa emergência. Mesmo assim, ele sugeriu que as pessoas busquem quitar a dívida logo em seguida, por meio de empréstimo atrelado a linhas de crédito de menor custo.

O presidente do BC deu o conselho ao responder a críticas sobre os juros cobrados pelos bancos, considerados excessivos por vários parlamentares. Ele foi instado a explicar por que os juros praticados na ponta do crédito não observam o mesmo ritmo de queda da taxa Selic – a taxa básica de juros da economia, reduzida continuamente por dois

anos, trajetória só interrompida na última reunião do Conselho de Política Monetária (Copom), quando foi mantida em 11,25% ao ano.

– Não há dúvida que as taxas de juros ainda têm muito espaço para cair – disse, depois de citar medidas que podem contribuir para essa finalidade.

Entre elas está aumentar a competição entre os bancos com medidas que garantam aos clientes o direito de escolher a instituição que ofereça taxas mais vantajosas. Meirelles citou como uma das alternativas a serem implantadas o mecanismo da portabilidade do crédito, que permitiria a transferência de informações cadastrais positivas de um banco a outro.

– É importante que o consumidor adquira a propriedade sobre seu cadastro – salientou.

Uma segunda medida envolve estender para o setor privado o

mecanismo da conta-salário – direito já assegurado aos funcionários públicos de transferir para um banco de sua escolha, sem pagar tarifas, o salário depositado pela fonte pagadora.

Meirelles informou ainda que o BC e o Conselho Monetário Nacional (CMN) estão trabalhando em projeto para ampliar o grau de transparência nas informações

sobre tarifas bancárias, inclusive com a padronização de nomenclaturas.

Segundo ele, informações mais transparentes vão oferecer ao cliente a chance de negociar com os bancos ou mesmo facilitar a apresentação de queixa junto aos órgãos de defesa do consumidor.

Além disso, o próprio BC terá condição de verificar se há bancos cometendo abusos. Porém, de acordo com Meirelles, o mais importante será garantir ao consumidor o poder de escolha dos melhores produtos bancários.

Projeto do BC e CMN vai dar transparência às informações bancárias



Henrique Meirelles lembra que resultados das recentes decisões do Copom só poderão ser apurados no final de 2008, ou em 2009

Meirelles defende prudência na meta de reduzir os juros

Ao apresentar a senadores e deputados o resultado das políticas monetária, de crédito e cambial do primeiro semestre, o presidente do Banco Central (BC), Henrique Meirelles, justificou a necessidade de prudência na fixação dos juros. Segundo ele, a decisão deve ser orientada por informações em relação ao futuro, e a inflação passada e atual em nada influi sobre a decisão.

Mesmo sem mencionar diretamente a mais recente decisão do Conselho de Política Monetária (Copom) de manter a taxa Selic em 11,5%, depois de dois anos de quedas sucessivas, Meirelles observou que o “mérito de decisões atuais” só pode ser corretamente avaliado no segundo semestre de 2008 ou mesmo em 2009.

– Julgar decisões com base em inflação contemporânea induz a substanciais erros – reforçou.

Os juros no país são fixados

pelo Copom, integrado pelo presidente do BC e demais diretores do órgão, com vistas ao cumprimento da meta inflacionária definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Para este ano e os dois próximos, essa meta é de 4,5%, com tolerância de dois pontos percentuais para mais ou para menos. Meirelles garantiu que a política de inflação dentro da meta será mantida pela instituição.

Ao ser indagado sobre a expansão dos gastos públicos e de seus efeitos sobre a meta de inflação, Meirelles limitou-se a dizer que o debate sobre a política fiscal (fixação de receitas e despesas públicas) talvez seja o mais importante do momento. Acrescentou que, para o BC, importa considerar que o governo cumprirá, a longo prazo, a meta de superávit primário (economia para pagamento dos juros da dívida pública).

Congresso deve votar créditos extraordinários nesta terça

O 1º vice-presidente da Câmara, no exercício da presidência da Mesa do Congresso, deputado Nárcio Rodrigues (PSDB-MG), convocou para esta terça-feira, às 19h30, sessão do Congresso Nacional para a votação de dezenas de pedidos do governo de créditos extraordinários para órgãos públicos.

Os pedidos já foram aprovados pela Comissão Mista de Orçamento (CMO).

Será a primeira reunião desde 11 de julho, quando os deputados e senadores votaram

o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2008 e alguns créditos extraordinários.

O senador Renan Calheiros (PMDB-AL), presidente licenciado do Senado e da Mesa do Congresso, evitou neste período convocar sessões do Congresso, pois alguns deputados prometiam pela imprensa questionar sua autoridade, por causa do processo de quebra de decoro parlamentar que ele enfrenta no Conselho de Ética.

CCJ destina recursos para segurança

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou na terça-feira as cinco emendas que apresentará ao Plano Plurianual (PPA) de 2008 a 2011.

Emenda do senador Romero Jucá (PMDB-RR) destina R\$ 145 mil para a construção e ampliação de unidades do Departamento de Polícia Federal, a

serem somados aos R\$ 120 mil propostos pelo senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE).

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) propõe investir R\$ 800 mil na construção e ampliação de estabelecimentos penais estaduais. Flexa Ribeiro (PSDB-PA) quer que o PPA preveja investimentos de R\$ 520 mil para re-

aparelhamento das instituições de segurança pública e R\$ 242 mil para o Serviço Penitenciário Federal.

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), por sua vez, propôs que R\$ 36 mil sejam aplicados na implementação de Núcleos de Defensoria Pública Especializados.

Relator do Orçamento vê saída para verbas da saúde

O relator-geral do Orçamento da União para 2008, deputado José Pimentel (PT-CE), afirmou que “não será difícil” encontrar fontes para aumentar as verbas para a saúde, que devem ser determinadas pela regulamentação da Emenda Constitucional 29 – que fixa os gastos mínimos da União, dos estados e dos municípios com o setor.

A regulamentação foi aprovada pela Câmara dos Deputados na semana passada e deverá ser agora apreciada pelo Senado.

José Pimentel dispõe de dois caminhos para destinar mais dinheiro para a saúde: tirar a verba da reestimativa da arrecadação para 2008, a ser feita pela Comissão Mista de Orçamento em novembro, ou remanejar recursos dentro do próprio Orçamento.

Pimentel disse ainda que uma parte das emendas que os parlamentares farão ao Orçamento

poderá beneficiar a saúde.

O relatório preliminar que José Pimentel apresentou ao projeto do Orçamento prevê que o governo federal destinará R\$ 47,8 bilhões para ações e serviços de saúde em 2008. Este valor representa um acréscimo de 2,6% sobre os gastos programados para este ano.

A Emenda 29 determina que o aumento anual deve ser no mínimo igual ao crescimento do produto interno bruto (PIB), que vem sendo projetado em 5% pelo próprio governo.

Em seu parecer, Pimentel aumenta de 20 para 25 o número de emendas de cada parlamentar. Ele também aumenta de R\$ 6 milhões para R\$ 7 milhões o valor total das 25 emendas, embora admita que tenha sido pressionado para subir o valor (das 225 emendas de parlamentares ao relatório preliminar, 70 propõem aumento do valor).

ÉTICA Economista diz que Renan Calheiros e João Lyra usaram mesmo “laranjas” para comprar rádios e jornal

Ex-contador confirma sociedade secreta

O economista e ex-contador do Grupo O Jornal, José Amilton Barbosa dos Santos, confirmou, em depoimento ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, que o senador Renan Calheiros (PMDB-AL) seria mesmo parceiro de João Lyra em uma sociedade secreta, registrada em nome de “laranjas” e proprietária de duas emissoras de rádio e um jornal em Alagoas.

O convite ao contador – que depôs em caráter reservado – partiu do senador Jefferson Péres (PDT-AM), relator do processo por quebra de decoro parlamentar que investiga se Renan e Lyra teriam mesmo usado “laranjas” para omitir da Receita Federal a propriedade das empresas.

Em entrevista à revista *Veja* da semana passada, o contador disse que era o supervisor contábil das empresas comandadas pelo

senador e pelo usineiro entre 1999 e 2005, período em que os dois teriam mantido a sociedade. Ainda segundo a revista, Santos foi demitido do grupo em maio de 2006, dois anos depois de desfeito o grupo, hoje comandado somente por Lyra.

Após o depoimento, Jefferson Péres ressaltou que o depoente limitou-se a confirmar a entrevista concedida à *Veja*, sem acrescentar qualquer novidade.

– Ele [Amilton Santos] se limitou a dizer que todos os empregados do jornal sabiam que Renan era sócio oculto da empresa, mas não quis dar nenhum nome que pudesse ser ouvido por nós – contou o relator.

Jefferson Péres voltou a afirmar que pretende entregar seu relatório sobre o caso até o dia 14, caso não surja nenhum fato novo ou testemunha que precise

ouvir de última hora. Com relação a sua convicção sobre a quebra de decoro parlamentar por parte de Renan, o senador disse:

– Não se pode exigir, num processo jurídico, apenas provas cabais. Pode haver um conjunto de indícios que leve a uma convicção – explicou.

O relator disse ter recebido um telefonema dos advogados de João Lyra, salientando que o usineiro nada tem a acrescentar ao depoimento dado ao corregedor, Romeu Tuma (PTB-SP), no mês passado. Lyra ficou de enviar até esta terça-feira um memorial contestando alguns pontos da defesa de Renan ao Conselho de Ética.

Jefferson Péres frisou ainda que remeteu a Tito Uchoa, primo de Renan acusado de ter sido um dos “laranjas” na compra das empresas de comunicação, um questionário sobre o caso.

GERALDO MAGELA



Da tribuna, senador Jefferson Péres rebate denúncias contidas em dossiê apócrifo revelado por reportagem da revista *Veja*

Jefferson reage a denúncia de “canalhas sem ética”

“Canalhas de todos os matizes, eu não sou como vocês: ética para mim não é pose, não é bandeira eleitoral, não é construção artificial de imagem para uso externo.” A frase é do senador Jefferson Péres (PDT-AM), que em discurso negou qualquer envolvimento com a Siderama (Siderurgia da Amazônia SA), empresa de siderurgia que teria deixado de repassar ao governo, na década de 70, os recursos do Imposto de Renda retido na fonte de seus funcionários.

O discurso de Jefferson Péres foi motivado por reportagem da *Veja* indicando que senadores teriam recebido dossiê, contendo DVDs, com acusações contra ele.

O senador rechaçou as denúncias sobre o envolvimento dele com a fraude financeira que teria ocorrido na Siderama e disse não ser “chantageável” porque não tem “esqueletos no armário”.

Jefferson Péres é relator do processo contra o senador Renan Calheiros que investiga a aquisição de veículos de comunicação por meio de “laranjas” (veja manchete desta página).

Há 30 anos, o senador era diretor administrativo da Siderama. Pela sonegação, todos os diretores foram arrolados ao inquérito aberto a pedido da Superintendência da Amazônia (Sudam), de quem a empresa recebia recursos, mas apenas três – o diretor-presidente,

o diretor financeiro e o superintendente financeiro – foram formalmente acusados. Anos depois, segundo Jefferson Péres, até mesmo esses três foram isentados pelo Ministério Público.

– Se São Francisco de Assis e Jesus Cristo fossem diretores da Siderama, também teriam sido arrolados ao inquérito – frisou o senador.

Jefferson Péres se disse vítima de uma “campanha difamatória” e leu carta enviada pelo senador Renan Calheiros, em que este nega ser autor do dossiê (veja matéria abaixo) e reforça suas declarações

Dossiê acusa senador de fraude financeira na Siderama

anteriores sobre Jefferson – “exemplo de coerência política, de lisura e honradez”.

– Quem são autores dessa ignomínia? Imagino alguns, mas não vou apontar o dedo: primeiro, porque não tenho provas; e segundo, porque não cruzo minha espada com facão de bandido – declarou.

O parlamentar negou ainda que sua mulher seja funcionária do seu gabinete ou de qualquer outro na Casa, ou que tenha solicitado passagem aérea além da sua cota.

A pedido de Jefferson Péres, o presidente interino do Senado, Tião Viana, determinou ao corregedor Romeu Tuma (PTB-SP) que inicie uma investigação do suposto dossiê, por conter “calúnia e difamação contra um membro do Senado”.

Em carta, Renan rechaça autoria de dossiê “rasteiro”

A assessoria de Renan Calheiros divulgou carta enviada pelo senador a Jefferson Péres assegurando não ser o responsável pela divulgação de um suposto dossiê com denúncias contra o pedetista. “Esse expediente repulsivo não cabe no meu caráter, formado a partir das maciças lições de vida e do exemplo de dignidade do meu saudoso pai, e de minha mãe”, afirma Renan na carta com data de 28 de outubro.

Renan Calheiros diz que a notícia do dossiê é mais uma “tentativa de criar um clima de indisposição, constrangimento e desconfiança nesta Casa”, que ele atribui “à revista semanal de sempre, desejando estimular a intriga”. Renan disse ter enviado a carta, mesmo convencido de que Jefferson Péres sabe que “tal

perversidade não partiu ou partiria de mim”.

Por escrito, o presidente licenciado do Senado diz reiterar o apreço e o respeito por Jefferson, que já teriam sido manifestos de público, inclusive em discurso no Plenário.

– A trajetória de vida do senador Jefferson Péres é um exemplo de coerência política, de lisura e de honradez, que merece o respeito de todos os brasileiros – assegura Renan no documento.

Por fim, o senador alagoano se mostra, no texto, convicto de que a “personalidade firme e a consciência do julgador imparcial, fiel ao princípio da persuasão racional da prova, não se deixam abalar pelas disputas regionais, pela histeria da imprensa ou por expedientes rasteiros de intimidação”.



Juiz Marcelo Tadeu (E) fala a Quintanilha (C) e Jefferson (segundo à direita) sobre crime organizado

Conselho ouve juiz que denunciou usineiro

Em depoimento ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, o juiz da 16ª Vara Criminal de Maceió, Marcelo Tadeu Lemos de Oliveira, afirmou que não é possível fazer qualquer tipo de ligação entre as acusações que pesam contra o usineiro João Lyra por um suposto assassinato em Alagoas e a compra das emissoras de comunicação no Estado.

– Meu depoimento foi uma oportunidade para relatar aos senadores a gravidade do crime organizado em Alagoas – disse o juiz, logo após seu depoimento.

O juiz foi convidado a prestar depoimento ao senador Jefferson Péres (PDT-AM), relator do processo que investiga se o presidente licenciado do Senado, Renan Calheiros, teria comprado, em parceria com Lyra, mas por meio de “laranjas” e sem declarar à Receita Federal, duas emissoras de rádio e um jornal em Alagoas.

A oitiva do juiz deve-se ao fato de ele ter acusado João Lyra, em notícia-crime enviada ao Supremo Tribunal Federal (STF), de ser o autor intelectual do assassinato do funcionário da Secretaria da Fazenda em Alagoas

de Silvío Viana, que investigava denúncia de crimes tributários praticados por Lyra.

O depoimento de Marcelo Tadeu foi sugerido pelo próprio Renan em sua defesa prévia escrita enviada ao Conselho de Ética, por meio da qual negou a existência da sociedade com Lyra e descreveu o usineiro – que já confirmou a compra dos veículos de comunicação em parceria com Renan ao corregedor do Senado, Romeu Tuma – como um homem sem credibilidade para fazer acusações e cercado de “motivações políticas” para prejudicá-lo.

ONG paraibana acusa José Maranhão

O presidente do Conselho de Ética, senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO), confirmou que o senador José Maranhão (PMDB-PB) é alvo de uma denúncia por supostos problemas com o Imposto de Renda, encaminhada à Presidência do Senado por uma organização não-governamental, com cópias para o conselho e o corregedor-geral do Senado, Romeu Tuma (PTB-SP).

A denúncia foi protocolada pela Associação Nacional de Defesa da Administração e do Erário Públicos, do Meio Ambiente, do Consumidor e do Cidadão (Andar), com sede em João Pessoa. Quintanilha lembrou que qualquer denúncia tem de passar antes pela Mesa do Senado para ser transformada em processo no conselho.

Na reunião do dia 23, a Mesa decidiu que as

representações por quebra de decoro protocoladas na Secretaria Geral seriam enviadas ao conselho sem prévio exame, mas a decisão ainda tem de ser referendada pelo Plenário, caso aprove a emenda ao projeto de resolução (PRS 37/07) que trata do afastamento de corregedor, membro da Mesa, do conselho e presidente de comissão quando o senador ocupante do cargo for acusado de quebra de decoro por meio de representação.

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) disse que tanto as normas do conselho em vigor como as aprovadas recentemente pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) prevêem a possibilidade de que um cidadão ou entidade apresente denúncia no conselho, sendo esta denúncia transformada em representação por decisão do conselho.

CELIO AZEVEDO

INVESTIGAÇÕES CPI ouve ministro da Controladoria Geral da União sobre as relações entre Estado e ONGs

FOTOS: JANE ARAÚJO



Plenário da CPI, na audiência pública: senadores acham que não há controle sobre verbas públicas

CGU quer regras claras para terceiro setor

O ministro da Controladoria Geral da União (CGU), Jorge Hage, apontou a necessidade de um marco regulatório para o terceiro setor, durante audiência pública realizada na semana passada pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investiga as organizações não-governamentais (ONGs). Hage afirmou que a maioria das irregularidades constatadas na atuação de entidades desse tipo é ocasionada mais por aspectos formais, decorrentes de falhas causadas pela fragilidade da legislação, do que por aspectos dolosos, como a tentativa de fraudar o sistema para receber recursos da União.



Ministro Jorge Hage alega que não há regras para se aferir capacidade de uma ONG

Jorge Hage elogiou o decreto que estabelece normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse (Decreto 6.170/07). No entanto, defendeu uma legislação complementar.

– Apesar do avanço que essas inovações representam, como a ampliação de transparência no setor, já é hora de pensarmos em alternativas mais radicais a respeito do relacionamento entre Estado e ONGs. É preciso focar mais nos

resultados do que nos aspectos formais – frisou Jorge Hage.

O ministro da CGU enfatizou vários pontos positivos do novo decreto que entrará em vigor em janeiro de 2008. A proibição de transferência de recursos a parentes de dirigentes de ONGs, a necessidade de chamamento público para o processo seletivo e a obrigatoriedade de que o convênio com essas organizações sem fins lucrativos preveja a forma de fiscalização e controle dos gastos são alguns dos pontos positivos apontados por Jorge Hage.

No entanto, disse, há ainda falhas a serem corrigidas, por exem-



Inácio Arruda, relator da CPI, considera “problemático” relacionamento Estado/ONGs

plo, em relação ao dispositivo que prevê o chamamento público. Hage diz que deveria haver critérios objetivos visando à aferição da qualificação técnica da ONG e da capacidade do contratante para a gestão do convênio.

– Mas não há clareza do que é capacidade técnica. Não há regra – ressaltou, sugerindo que uma das formas de se corrigir isto seria a administração pública não se ater apenas à apresentação formal ao analisar a capacidade da ONG para realizar o convênio, mas fazer uma análise de campo e visitar a entidade, para verificar, de fato, sua capacidade.

Senadores prevêem tarefa árdua para a comissão

O relator da CPI das ONGs, senador Inácio Arruda (PCdoB-CE), classificou como “problemático” o relacionamento entre o Estado e o terceiro setor. Já Alvaro Dias (PSDB-PR) observou que a CPI presidida por Raimundo Colombo (DEM-SC) terá um trabalho árduo, voltado para o aprimoramento da legislação.

– A impunidade tem prevalecido e a desorganização dessas entidades vem na esteira dessa impunidade – afirmou.

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) disse que atualmente não há controle sobre a real aplicação de verbas públicas, pois a maioria das ONGs não presta contas

dos repasses e, “mesmo assim, continua a receber recursos”.

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), disse a Jorge Hage que espera da CGU “impessoalidade, grandeza e magistratura” na sua missão de proteger o Estado, “e não de servir ao governo Lula”. Já a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) destacou que a

falta de um marco legal para as ONGs é que permite “a brecha por onde saem os recursos públicos”. Para Heráclito Fortes (DEM-PI), é preciso que a CPI volte sua atenção também para as ONGs estrangeiras, que, segundo ele, não são adequadamente acompanhadas.

Impunidade e desorganização prevalecem no terceiro setor, dizem senadores

ONG baiana recebe para fazer consultorias e paga aluguel

Na mesma reunião da CPI, o senador Alvaro Dias questionou o ministro Jorge Hage sobre as irregularidades apontadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) em convênios do governo federal com a ONG baiana Avante, Qualidade, Educação e Vida.

Auditoria do TCU mostrou que a ONG recebeu R\$ 4.229.704,08 para terceirizar, sem licitação, consultorias que dizia executar. Os recursos foram provenientes de três convênios (celebrados em 2003 e 2004) com órgãos do governo federal – entre eles, o Ministério do Trabalho e Emprego e a própria Controladoria Geral da União, por exemplo).

Ainda de acordo com o tribunal, o dinheiro acabou servindo para o pagamento de despesas da própria ONG, como aluguel, vigilância da sede, contas telefônicas, manutenção mensal de computadores e até serviço de recepção.

Jorge Hage respondeu a Alvaro Dias que um acórdão recente do TCU atestou que não havia irregularidades na contratação da entidade.

O mesmo acórdão, porém, faz recomendações para que a ONG Avante cumpra a Lei de Licitações (Lei 8.666/93) e siga normas ignoradas durante a celebração do convênio com a CGU.

Entidade recebeu R\$ 4,2 milhões de convênios com o governo



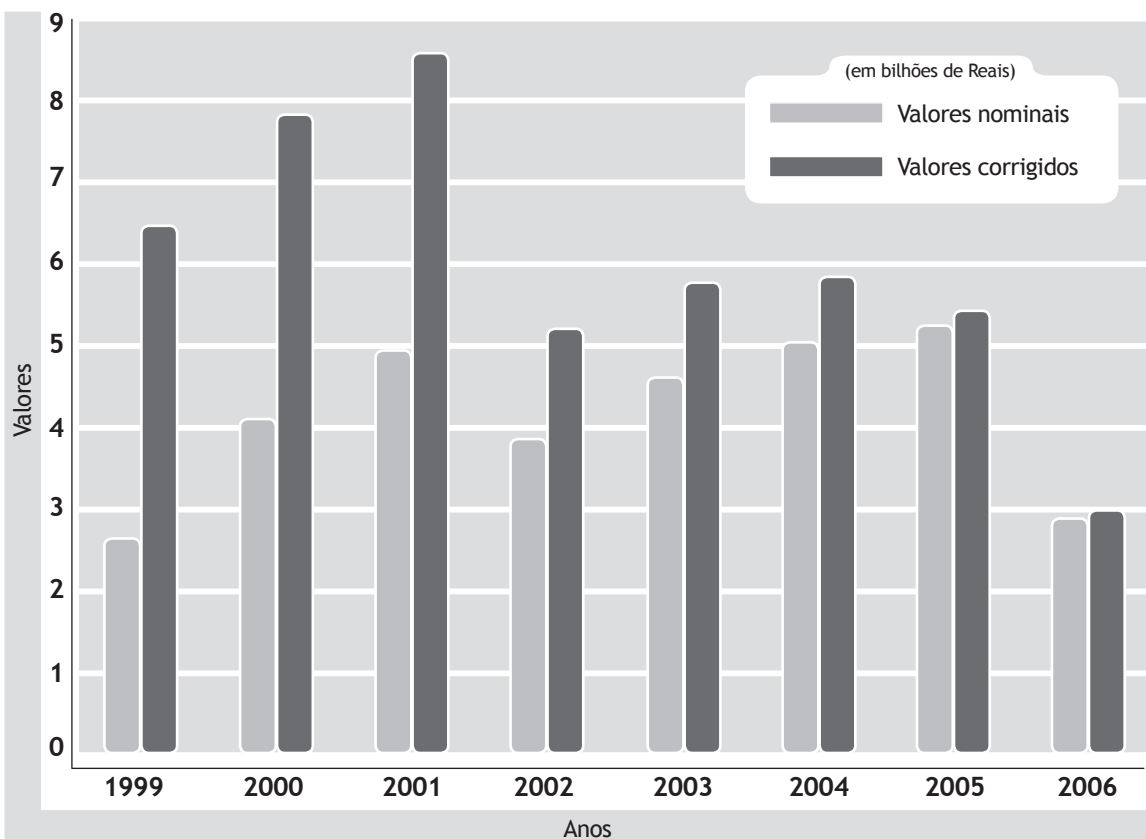
Recursos repassados pelos ministérios entre os anos de 1999 e 2006

(em milhões de Reais)

Saúde	1.664,75
Comunicação	631,81
Educação	407,24
Trabalho	256,97
Desenvolvimento Social	219,59
Ciência e Tecnologia	165,90
Desenvolvimento Agrário	140,05
Cultura	56,83
Esportes	56,13
Integração Nacional	38,03
Turismo	24,56
Meio Ambiente	19,65
Agricultura	11,44
Minas e Energia	5,68
Desenvolvimento	1,98
Justiça	1,16
TOTAL GERAL	3.701,76

Fonte: Siafi e Controladoria Geral da União

Valores repassados pelo governo federal para as Organizações Não-Governamentais e as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público



INVESTIGAÇÕES Relatório, que substitui o de Demostenes Torres, excluiu Carlos Wilson da lista de acusados

Relator lamenta decisão, mas vê avanços no texto aprovado

Apesar de lamentar a rejeição de seu relatório, Demostenes Torres (DEM-GO) reconheceu que o voto em separado acoplou grande parte de suas recomendações, como aquela que prevê auditorias do Tribunal de Contas da União e da Controladoria Geral da União destinadas a apurar irregularidades na venda de espaços comerciais e publicitários em aeroportos. O documento aprovado será enviado ao Ministério Público e à Polícia Federal, que deverão aprofundar as investigações.

O aperfeiçoamento do marco regulatório de aviação, a definição de que a aviação civil tenha as mesmas normas de segurança do avião presidencial e a sugestão de auditorias no sistema de manutenção das empresas TAM, Gol e Varig também foram mantidos no texto de João Pedro.

– Lamento que, no final, só tenham sido apanhadas sardinhas, sendo que os tubarões ficaram livres, apesar da farta abundância de provas contidas no relatório original – lamentou Demostenes, referindo-se à retirada do nome do ex-presidente da Infraero Carlos Wilson, deputado pelo PT de Pernambuco, do relatório.

Antes da votação, o líder do DEM, José Agripino (RN), prevenido a derrubada do relatório de Demostenes, tentou adiar a reunião e apresentou requerimento para trocar um senador do PDT por um do DEM, mas o presidente da CPI, senador Renato Casagrande (PSB-ES), indeferiu a solicitação. Em protesto, os opositoristas se retiraram da reunião. Antes de sair, porém, fizeram pesadas críticas à rejeição do relatório.

Para Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), por exemplo, a derrubada teve por objetivo “ocultar a bandidagem e a corrupção do setor aéreo”. Tasso Jereissati (PSDB-CE) acusou a base do governo de montar “uma grande encenação para encobrir a corrupção” e advertiu que isso poderá se refletir negativamente nas negociações entre governo e oposição para prorrogar a CPMF. Também abandonaram a reunião Raimundo Colombo (DEM-SC), Mário Couto (PSDB-PA) e Papaléo Paes (PSDB-AP).

A votação do relatório de Demostenes na CPI do Apagão Aéreo foi adiada por um dia na semana passada. O motivo não poderia ser mais irônico: três integrantes da comissão – Valdir Raupp (RO), Wellington Salgado (MG) e Romero Jucá (RR), todos do PMDB – foram vítimas dos



Caos no check-in em Brasília: maior parte dos acusados pela CPI é ligada à Infraero, estatal que administra os principais aeroportos

CPI do Apagão Aéreo aprova texto paralelo de João Pedro

Por 6 votos a favor e 1 contrário, a CPI do Apagão Aéreo aprovou na quarta-feira o voto em separado do senador João Pedro (PT-AM) que excluiu das recomendações de indiciamento nove das 23 pessoas denunciadas no relatório do senador Demostenes Torres (DEM-GO), que foi rejeitado.

Entre os nomes excluídos está o do deputado federal Carlos Wilson (PT-PE), apontado pelo relator como chefe de um esquema de fraudes em licitações na Infraero, presidida por ele entre 2003 e 2005.

Antes da votação, cinco senadores da oposição se retiraram da reunião em protesto, deixando apenas o relator, único contrário ao voto em separado.

Das 23 pessoas acusadas pelo relator, 21 são ligadas à Infraero.



João Pedro (D), Casagrande e Demostenes em reunião da CPI que aprovou texto paralelo, por seis votos a favor e um contrário

O voto em separado de João Pedro, entretanto, além de absolver Carlos Wilson, retirou o nome de outras oito pessoas ligadas à Infraero acusadas de improbidade administrativa, a exemplo de Mário de Ururahy Macedo Neto,

recentemente demitido por corrupção, segundo informou Demostenes, a mando do ministro da Controladoria Geral da União (CGU), Jorge Hage.

O relatório de João Pedro retira ainda do rol de culpados o

procurador da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Paulo Roberto de Araújo, acusado de improbidade administrativa.

Por outro lado, João Pedro sugere que a empresária Sílvia Pfeifer, dona da Aeromídia – empresa responsável pela publicidade em três aeroportos brasileiros – tenha cometido irregularidades. Foi Sílvia quem acusou, durante depoimento à CPI, o suposto esquema de fraudes em licitações.

O voto em separado, de acordo com João Pedro, “mantém e amplia o rigor do relatório de Demostenes” e inclui entre os culpados José Oliveira Sobrinho, presidente da Associação Brasileira de Mídia Aeroportuária, acusado de improbidade administrativa e crime contra o procedimento licitatório.

Relatório mantém indicação de prejuízos de R\$ 500 milhões

O relatório de João Pedro mantém boa parte das 85 páginas de conclusões que o senador Demostenes Torres apresentou à CPI do Apagão Aéreo.

Dos 23 nomes indiciados por Demostenes por envolvimento em crimes de formação de quadrilha, improbidade administrativa, lavagem de dinheiro e falsidade ideológica, nove foram retirados e um foi adicionado. Um dos nomes mantidos por João Pedro é o de Denise Abreu, ex-diretora da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

O relatório solicita à Polícia Federal e ao Ministério Público que investiguem empreiteiras contratadas para realizar obras

e serviços em aeroportos brasileiros, suspeitas de irregularidades.

Numa estimativa considera da “conservadora”, o texto aprovado aponta que as fraudes podem ter causado prejuízos aos cofres públicos de mais de R\$ 500 milhões.

Como exemplo, o texto informa que o sobrepreço estimado nas obras de revitalização do sistema de pátios e pistas do Aeroporto Internacional de Guarulhos (SP) alcançou R\$ 254 milhões.

“Os corruptores estão entrincheirados nas grandes empreiteiras, que são as maiores responsáveis pelo antro de corrupção e desmando em que

se transformou a Infraero. Os empreiteiros que contrataram com a estatal, sem exceção, tratam milhões de reais como se fossem apenas algumas moedas”, afirma Demostenes Torres no relatório.

Ele pediu o rastreamento de recursos financeiros depositados nas contas dos consórcios ou empreiteiras responsáveis pela execução das obras com indícios de irregularidades em seis aeroportos: Congonhas (SP), Goiânia (GO), Vitória (ES), Santos Dumont (RJ), Guarulhos (SP) e Macapá (AP).

Entre as empreiteiras e consórcios que constam do relatório e que devem ser investigadas estão Camargo Corrêa,



Deputado Carlos Wilson, citado no texto de Demostenes, foi excluído do relatório aprovado

OAS, Gautama, Via Engenharia, Galvão Engenharia, Planorcon, Norberto Odebretch, Estacom Engenharia, Mendes Júnior e Construcap.

Alvaro afirma que pressão da CBF ameaça CPI dos clubes de futebol

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) e o deputado Sílvio Torres (PSDB-SP) protocolaram na Mesa do Congresso, na terça-feira, requerimento de criação de uma CPI mista para investigar operações financeiras suspeitas envolvendo clubes de futebol, seus jogadores e empresários.

O requerimento conta com a assinatura de 38 dos 81 senadores e 209 dos 513 deputados. Alvaro Dias revelou que o presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), Ricardo Teixeira, está pressionando parlamentares para a retirada de assinaturas. Até agora, recuaram 75 deputa-

dos e três senadores.

A razão para a não realização da investigação, segundo a CBF, disse Alvaro Dias na quinta-feira, é que uma CPI poderia prejudicar a realização da Copa do Mundo de 2014 no país.

O foco inicial da CPI é a suspeita de que jogadores do

Sport Club Corinthians Paulista teriam recebido seus salários em contas no exterior para evitar o pagamento de impostos, cometendo crimes de evasão de divisas e sonegação fiscal, por meio do contrato entre o clube e a empresa MSI (Media Sports Investment). A comissão já está

sendo chamada pela mídia de “CPI do Corinthians”.

– A CPI pretende investigar clubes, empresários e jogadores para verificar a ocorrência de crimes de lavagem de dinheiro, evasão fiscal, sonegação de impostos e crimes contra a ordem tributária – disse o senador.

SINDICALISMO



Audiência da Comissão de Direitos Humanos reuniu centenas de representantes de centrais sindicais de patrões e trabalhadores

Deputados pedem que Senado reflita sobre fim da cobrança

Durante o debate no Senado sobre a legalização das centrais sindicais e o imposto sindical com base nas modificações previstas no PLC 88/07, os deputados Augusto Carvalho e Paulo Pereira da Silva (PDT-SP) pediram que o Senado aprofunde as discussões ao projeto aprovado pela Câmara (PL 1.990/07 naquela Casa).

Augusto Carvalho, autor da emenda que exige autorização do trabalhador para cobrança do imposto sindical diretamente na folha de pagamento, que hoje é compulsório, foi criticado pelos representantes das centrais sindicais presentes ao evento por defender a extinção desse imposto. Ele afirmou que a emenda foi aprovada pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara e, posteriormente, pelo Plenário, e não “na calada da noite”, como disse o deputado Paulo Pereira da Silva.

Autorização é um direito do trabalhador

Augusto enfatizou ainda que a exigência de autorização do trabalhador para que o imposto seja descontado na folha de pagamento foi amplamente discutida naquela Casa e representa um direito dos trabalhadores e um avanço para a autonomia da estrutura sindical.

O deputado pelo PPS ressaltou que o projeto foi aprovado com o apoio de oito deputados do PT e de vários parlamentares do PMDB e do PTB. Ele também fez questão de destacar que a extinção do imposto sindical sempre foi defendida por políticos do PT, inclusive pelo presidente Lula.

Na opinião de Paulo Pereira da Silva, apesar de a extinção parecer um benefício, pois o trabalhador deixará de pagar o imposto sindical, na verdade a medida vai prejudicá-lo, já que deixará de colaborar com uma instituição que defende seus direitos.

Paim defende imposto sindical

Em audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) sobre a obrigatoriedade da contribuição sindical, realizada na quinta-feira passada, o senador Paulo Paim (PT-RS) afirmou que o projeto de lei, de iniciativa do Executivo, que trata desse assunto e da legalização das centrais sindicais, deverá ser aprovado por acordo de lideranças até esta quarta-feira. A proposta (PLC 88/07) tramita em

regime de urgência constitucional e terá deliberação simultânea nas comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), de Assuntos Econômicos (CAE) e de Assuntos Sociais (CAS).

Paulo Paim, relator do projeto na CAS, disse que a linha de acordo traçada por todas as centrais sindicais e as lideranças partidárias será obedecida no Senado. Ele acrescentou que a vontade manifestada de forma consensual pelas centrais sin-

dicais de manter a contribuição sindical será respeitada no relatório no Senado.

Depois de lembrar que iniciou sua militância sindical há mais de 30 anos, Paim criticou a iniciativa do deputado Augusto Carvalho (PPS-DF), que apresentou e teve aprovada emenda ao projeto na Câmara determinando a autorização do trabalhador para o desconto do imposto sindical na folha de pagamento – hoje cobrado compulsoriamente.

Na opinião do senador, o debate sobre a organização sindical dos trabalhadores e o financiamento dessas entidades prosseguirá, mesmo depois de aprovado o projeto, pois a discussão existe desde a origem da organização sindical.

Paim disse que a importância do movimento sindical também se expressa no fato de vários deputados, como o próprio Augusto Carvalho, terem sua origem política na ação sindical.

Representantes sindicais se manifestam contra extinção

Representantes de centrais de trabalhadores e da Confederação Nacional da Indústria (CNI) manifestaram-se a favor da aprovação do texto original do PLC 88/07 e contrários à emenda aprovada na Câmara que extingue a obrigatoriedade da contribuição sindical para os trabalhadores. Os sindicalistas debateram o assunto na quinta-feira na Comissão de Direitos Humanos (CDH).

O PLC 88 inclui as centrais sindicais na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e determina

que elas passem a receber 10% do total da contribuição recolhida anualmente dos trabalhadores.

A representante da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Denise Dau, argumentou que acabar de forma abrupta com a contribuição é querer acabar com o movimento sindical.

– Vimos, na votação na Câmara, como os parlamentares dos latifundiários, dos ruralistas, dos empresários defenderam a emenda para acabar com a contribuição dos trabalhadores – disse.

Ideli: Senado vai manter acordo com centrais

Durante a audiência realizada na quinta-feira para discutir a legalização das centrais sindicais e o imposto sindical, a líder do governo no Senado, Ideli Salvatti (PT-SC), garantiu que o acordo realizado entre as centrais sindicais e o governo, que gerou a proposta apresentada pelo Executivo, será respeitado. A senadora disse que a liderança do governo no Senado vai se reunir com todos os líderes da Casa para que seja aprovado o que a maioria das centrais sindicais decidir.

Ideli criticou a aprovação, pela Câmara, de emenda ao projeto de lei que determina a fiscalização dos recursos arrecadados pelos sindicatos. Ela defendeu que todo recurso seja fiscalizado e pediu que o projeto também determine a fiscalização da contribuição patronal. Para ela, apesar de o PT sempre ter defendido o fim do imposto sindical, essa extinção deve ser um processo gradual e negociado entre os setores envolvidos – trabalhadores, empresas, sindicatos e governo.

PLENÁRIO

Mozarildo pede ao governo que feche a Funasa

Pedido para que o governo feche a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) foi formulado por Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR). Ele se manifestou “estarcido e revoltado” com os resultados das investigações da Polícia Federal, que descobriu fraude na Funasa de Roraima com desvios de recursos que chegam a R\$ 34 milhões. Entre as 32 pessoas presas está o coordenador da Funasa em Roraima, Ramiro Teixeira, que, segundo Mozarildo, foi indicado para o cargo por Romero Jucá (PMDB-RR). Mozarildo afirmou que a Funasa não tem preparo para atender populações pobres e indígenas, assinando convênios com ONGs “criadas para roubar dinheiro”.

Mão Santa lê relato de calvário de paciente do SUS

Acentuando as críticas que vem fazendo à administração da área de saúde no governo Lula, o senador Mão Santa (PMDB-PI) leu, em Plenário, na quinta-feira, e-mail que lhe foi enviado por um usuário do Sistema Único de Saúde (SUS), informando sobre o itinerário penoso a que teve de se submeter para conseguir uma consulta. Ele teve que esperar de 14 de abril a 31 de outubro, foi mal atendido e orientado a voltar em outro dia para fazer a marcação de novos exames, que poderia levar um ano, segundo a atendente.

– Essa é a vida do povo do Brasil. Essa é a saúde que Lula diz que está chegando à perfeição – disse Mão Santa.

Paim presta contas de emendas ao Orçamento e ao PPA

O senador Paulo Paim (PT-RS) apresentou, na quinta-feira, um resumo das emendas que apresentou à Lei Orçamentária Anual para 2008 e ao Plano Plurianual (PPA) 2008/2011. Paim destacou as emendas que destinam recursos para as áreas menos desenvolvidas do seu estado, para a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (Uergs) e para escolas técnicas. Para a Uergs, Paim apresentou emenda ao PPA no valor de R\$ 15 milhões para 2008, R\$ 18 milhões para 2009, R\$ 20 milhões para 2010 e R\$ 23 milhões para 2011. À melhoria das escolas técnicas, emenda de R\$ 200 milhões. Às escolas estaduais de educação básica e fundamental, R\$ 100 milhões.

Cristovam apela por atendimento a aluno com deficiência

Cristovam Buarque (PDT-DF) apelou a todos os governadores para que adotem medidas socioeducativas visando integrar os portadores de deficiência na sociedade. Nesta segunda-feira, Cristovam vai acompanhar pais e mães de portadores de necessidades especiais em audiência com o secretário de Educação do Distrito Federal, José Luiz Valente. Esse grupo se queixa da falta de assistência adequada na rede escolar. – Se algumas pessoas com deficiência não são recuperáveis, com certeza são capazes de ter uma vida feliz e útil. Para isso, basta que os governadores assumam cuidados especiais.

João Pedro aplaude lei que pune apologia da ditadura

João Pedro (PT-AM) congratulou o Parlamento espanhol pela aprovação da lei chamada “Memória Histórica”, que punirá toda e qualquer apologia da ditadura do generalíssimo Francisco Franco, período que foi de 1939 a 1975. Ele também se solidarizou com as “pessoas enganadas e vítimas das falcatruas” praticadas por empresários que adulteraram leite com soda cáustica e água oxigenada. De acordo com o senador, essa adulteração do leite poderá comprometer as exportações. João Pedro exigiu que a Anvisa e o Ministério da Agricultura prossigam com as investigações e punam os responsáveis pela adulteração.

Voz do Leitor

COMBUSTÍVEIS

“Precisamos urgentemente instituir políticas públicas que venham a obrigar a substituição do combustível dos ônibus de circulação urbana e interestadual por combustíveis não fósseis – se de fato queremos combater o aquecimento global.”

Daniel Henrique Miguel, de Poços de Caldas (MG)

CAATINGA

“A harmoniosa fauna e a flora da caatinga do sertão nordestino em época chuvosa é admirável. Mas existem espécies nativas que já estão em extinção, como jacarandá, tapicuru, entre outras, por conta da devastação desenfreada e da ignorância dos que vivem por lá. Minha sugestão é que visitem esse local o mais breve possível para conscientizar os habitantes do sertão sobre a importância das florestas para nossas vidas, para o equilíbrio do meio ambiente, evitando o aquecimento global e, futuramente, a desertificação do solo que, apesar de tudo, é muito rico.”

Eddi Brito de Andrade, de Feira de Santana (BA)

ESTERILIZAÇÃO

“Quero expor meu repúdio ao PLS 284/06, que estabelece uma redução da idade para a esterilização. Quero ressaltar que um jovem de 18 anos não tem maturidade para tomar semelhante decisão.”

Rogério Araújo, de Acaraú (CE)

LEITE

“O leite, apesar de ser um produto consumido principalmente por crianças, não foi poupado da

ganância de empresários inescrupulosos, visando um aumento de seus lucros. Bactérias, coliformes fecais, soda cáustica, amido e água oxigenada foram alguns dos ‘produtos’ adicionados ao leite. Não vejo no Código Penal punição suficiente para essa maldade.”

Fábio Tavares, de Marechal Hermes (RJ)

FUTEBOL FEMININO

“Minha proposta é que todos os clubes profissionais de futebol tenham um time feminino para iniciar os campeonatos. Depois, que cada time feminino fique na divisão que for merecida.”

Hélio Batista Costa, de Ibiaí (MG)

MEDICINA

“Proponho a criação de um projeto de lei para proibir faculdades privadas de capacitar profissionais nas áreas de Enfermagem e Medicina.”

Carlos Antonio Resende, de Ritópolis (MG)

BRINQUEDOS EDUCATIVOS

“Os parlamentares deveriam apresentar um projeto de lei para proibir a comercialização de brinquedos que incentivem a violência.”

Francisco Wagney Alves Mendes, de Ipiranga do Piauí (PI)

ENERGIA SOLAR

“Sugiro uma proposta com o objetivo de incentivar a construção de moinhos para fornecimento de energia eólica e a instalação, em todas as residências, de placas de energia solar.”

Reginaldo Zucoloto, de Venda do Imigrante (ES)

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

Pergunte ao Senador

HOMOFOBIA

Isaías do Nascimento Magalhães, de Uberlândia (MG)

“Como está a tramitação do PLC 122/06, sobre orientação sexual?”

A senadora Fátima Cleide (PT-RO) responde:

Como relatora na Comissão de Direitos Humanos, tenho lutado para buscar um consenso que garanta a aprovação do projeto, Isaías. Espero fazer a leitura do relatório na CDH na próxima semana. Apresentei parecer favorável à proposta da Câmara, pois seu real objetivo é fazer com que as pessoas preconceituosas e discriminadoras deixem de praticar esses hábitos. Não podemos aceitar que em pleno século 21 tenhamos que conviver com essas atitudes lamentáveis. Uma das críticas ao PLC 122/06 é a de que ele fere a Constituição, suprimindo a liberdade de expressão por parte de agentes religiosos que não aceitam a homossexualidade. Estão até chamando a proposta de “Lei da Mordaca”, o que não procede. O projeto não criminaliza a crença pessoal desfavorável à homossexualidade, mas ações que conduzam à imposição dessa crença a outros indivíduos, suprimindo a liberdade de uns pelo arbítrio de outros. A proposta altera o Código Penal, a CLT e a lei que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, para estabelecer punições contra a homofobia (Lei 7.716/89). Aprovado na CDH, o projeto passará pela Comissão de Justiça e irá ao Plenário. Se não sofrer modificações, que é a nossa expectativa, será sancionado pelo presidente da



Agora é lei

Lei cria seis novas escolas técnicas federais

A Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica contará com seis novas escolas técnicas e três agrotécnicas, de acordo com a Lei 3.552/07, sancionada pelo presidente da República. As novas unidades, ligadas ao Ministério da Educação, fazem parte da primeira fase do projeto de expansão que, até 2010, prevê o funcionamento de 354 escolas técnicas. Até 2002, existiam apenas 140.

As escolas serão instaladas em Rio Branco (AC), Macapá (AP), Campo Grande e Nova Andradina (MS), e Distrito Federal, onde ainda não havia autarquias, às quais as escolas federais ficam subordinadas. Também serão construídas escolas em Marabá (PA), Canoas (RS), São Raimundo das Mangabeiras (MA) e Porto Velho (RO).

De acordo com a lei, os recursos para a construção das escolas, aquisição de mobiliário e equipamentos para laboratórios, de R\$ 23,8 milhões, já estão previstos no Orçamento de 2007 do Ministério da Educação. Para custeio e pessoal, serão R\$ 27,1 milhões por ano. A admissão de professores e funcionários ocorrerá por concurso público. No fim das duas fases do plano de expansão, haverá 274 mil vagas. A meta do MEC é contar em 2010 com cerca de 500 mil. Para viabilizar o funcionamento das escolas, a lei criou 450 cargos de professor de 1º e 2º graus; 360 cargos de técnico-administrativo em educação de nível superior, além de cargos de direção e funções gratificadas. A lei estabelece ainda que as instituições serão implantadas gradativamente, bem como os seus respectivos cargos e funções de confiança, dependendo da existência de instalações adequadas e de recursos financeiros necessários ao seu funcionamento.

O processo de expansão da rede federal tecnológica marca o início de um novo programa que é a reestruturação das redes estaduais de ensino médio, em parceria com o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed). A proposta é dar ênfase à educação científica e à educação profissional.

Frases

“Lamento que, no final, só tenham sido apanhadas sardinhas, sendo que os tubarões ficaram livres, apesar da farta abundância de provas”

Demostenes Torres, sobre o resultado da CPI do Apagão, que rejeitou o seu relatório.

“Essa proposta não convence. É uma proposta medíocre”

Alvaro Dias, sobre proposta do governo, para aprovar a CPMF, de reduzir a alíquota e destinar R\$ 23 bilhões para a saúde.

“O volume de recursos [com a CPMF] é importante e seu corte representaria um choque que pode ser fatal para os programas sociais”

Fátima Cleide, defendendo a prorrogação da CPMF.

“Ele [o governador do Piauí] quer criar a Piauípetro, e o povo que pague essa megalomania”

Heráclito Fortes, sobre a intenção de Wellington Dias de estudar se há petróleo no estado.

“Queremos casar a fidelidade ao partido com a fidelidade do partido. Só assim poderemos nos recuperar do desgaste que temos sofrido”

Cristovam Buarque, sobre projeto que garante partidos fiéis a seus programas.

“Existem passagens nessa rota que vão de R\$ 250 a R\$ 1,4 mil. Imagine se eu comprasse um sorvete ou um quilo de feijão e horas mais tarde eles estivessem valendo três vezes mais. É um absurdo”

Gerson Camata, defendendo a entrada de empresas aéreas estrangeiras no país, para aumentar a concorrência.

“Na hora que [o Senado] se afirmar como instituição transparente e com credibilidade perante a opinião pública, ninguém vai querer ousar vilipendiar a dignidade de quem quer que seja”

Tião Viana, sobre a idéia de disponibilizar na internet os gastos com verba indenizatória.

Foto da Semana

Após debate na Comissão de Constituição e Justiça sobre a prorrogação da CPMF, abaixo-assinado com 1,3 milhão de assinaturas de brasileiros contrários à renovação da contribuição foi entregue à senadora Kátia Abreu, relatora da proposta na CCJ. Organizado em vários volumes, o documento foi entregue pelo presidente da Fiesp, Paulo Skaf



JANE ARAÚJO

EcoSenado mostra a poluição em São Paulo

O programa *EcoSenado*, da TV Senado, apresenta, neste fim de semana, especial sobre a cidade de São Paulo, onde acompanhou o monitoramento dos índices de poluição do ar. A concentração de poluentes na atmosfera das metrópoles representa um grande problema ambiental da atualidade, principalmente para as crianças, idosos e portadores de doenças respiratórias.

A equipe visitou a Companhia de Saneamento de São Paulo, que fiscaliza a emissão de gases poluentes na frota de veículos e indústrias.

Com equipamentos modernos, a companhia monitora a concentração de poluentes e elabora, diariamente, boletins de qualidade do ar.

O *EcoSenado* vai ao ar neste sábado, às 13h15 e 20h30, e domingo, às 11h15.



Equipe do programa da TV Senado acompanha monitoramento dos índices de poluição do ar da cidade mais populosa do país

Escritor Muniz Bandeira é a atração do Salão Nobre

O *Salão Nobre* da TV Senado tem como convidado nesta segunda-feira, às 12h, o escritor baiano Muniz Bandeira. Especialista em Relações Internacionais, ele já publicou vários livros que foram traduzidos em muitos países e recebeu o Prêmio Intelectual do Ano de 2005, concedido pela União Brasileira de Escritores.

Bandeira nasceu em Salvador, em 1935. Formou-se

em Direito no Rio de Janeiro e fez doutorado em Ciência Política pela Universidade de São Paulo. Aposentou-se em 1995 pela Universidade de Brasília, foi professor titular de história da política exterior do Brasil. Também professor de universidades em Heidelberg, Colônia, Estocolmo e Buenos Aires e conferencista de várias universidades no Brasil e no mundo.

Programa trata do fim da cobrança do imposto sindical

O programa *Conexão Senado*, que a Rádio Senado leva ao ar nesta segunda-feira, às 12h, trata do projeto de lei que regulariza as centrais sindicais criadas na década de 1980, mas ainda não reconhecidas oficialmente.

Entre as polêmicas a serem debatidas está o fim da cobrança do imposto sindical obrigatório, aprovado pela Câmara dos Deputados.

Dirigentes das principais

entidades sindicais temem que a medida feche as portas dos sindicatos e argumentam que houve quebra de acordo.

Representantes sindicais já avisaram que vão pressionar os senadores para rejeitarem a proposta.

O que isso pode representar para o trabalhador e as conseqüências para os sindicatos serão os temas em debate no programa.

A rotina dos cartórios em detalhes no Fique por Dentro da Lei

O programa *Fique por Dentro da Lei*, que a Rádio Senado apresenta nesta terça-feira, às 8h30, vai explicar como funciona um cartório, suas atribuições e quais atos devem

ser registrados.

O entrevistado é Rogério Portugal Bacelar, presidente da Associação dos Notários e Registradores do Brasil (Anoreg).

Rádio Senado

TODOS OS DIAS

6h - Matinas
7h55 - Cidadania Dia-a-dia
21h50 - Cidadania Dia-a-dia (reprise)

DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA

7h - Crônicas Musicais
7h10 - Música e Informação
8h - Senado Notícias
8h30 - Plenário em Destaque
19h - Voz do Brasil
19h30 - Jornal do Senado
20h - Música e Informação
21h - Crônicas Musicais (reprise)
21h10 - Música e Informação
22h - Senado Notícias
24h - Música e Informação

DE SEGUNDA A QUINTA-FEIRA

14h - Plenário (ao vivo)

DE TERÇA A SEXTA-FEIRA

9h - Senado Repórter
10h - Comissões (ao vivo)
13h40 - Senado Notícias

SÁBADO E DOMINGO

7h - Música e Informação
9h30 - Música e Informação
21h - 180 Anos do Senado
22h - Música e Informação

SEGUNDA-FEIRA

9h - Senado Resumo
10h - Senado Notícias (reprise)
11h - Senado Resumo (reprise)
12h - Conexão Senado
13h40 - Senado Notícias
23h - Brasil Regional (reprise)

TERÇA-FEIRA

23h - Jazz & Tal (reprise)

QUARTA-FEIRA

23h - Música do Brasil (reprise)

QUINTA-FEIRA

23h - Escala Brasileira (reprise)

SEXTA-FEIRA

9h - Plenário (ao vivo)
12h - Música e Informação
13h40 - Senado Notícias
14h - Música e Informação
18h - Senado Resumo
20h - Reportagem Especial
23h - Improviso Jazz (reprise)

SÁBADO

8h - Encontros com a Música Brasileira
9h - Prosa e Verso
10h - Especial (reprise)
11h - Música Erudita
12h - Senado Resumo (reprise)
13h40 - Música e Informação
15h - Autores e Livros
16h - Música do Brasil
17h - Música e Informação
18h - Improviso Jazz
19h - Senado Resumo (reprise)
20h - Escala Brasileira

DOMINGO

8h - Brasil Regional
9h - Autores e Livros (reprise)
11h - Música do Brasil
15h - Música Erudita (reprise)
16h - Prosa e Verso
17h - Reportagem Especial (reprise)
18h - Encontros com a Música Brasileira (reprise)
20h - Jazz & Tal

Como sintonizar

FM
Frequência de 91,7MHz, em Brasília e regiões vizinhas
ONDAS CURTAS
Frequência de 5990 KHz, na faixa de 49 metros no Norte, Nordeste, Centro-Oeste e norte de MG
INTERNET
No endereço www.senado.gov.br/radio, por meio do Real Player ou Windows Media Player
ANTENA PARABÓLICA
Aponte a antena para o satélite Brasilsat B1 e ajuste o receptor na frequência 4.130 MHz; polarização: horizontal; e transponder - 11 A2

TV Senado

SEGUNDA-FEIRA

1h - Leituras
1h30 - Conversa de músico
2h - Especiais
3h - Inclusão/Diplomacia
4h - Cidadania Debate
5h - Cidadania Entrevista
5h30 - Parlamento Brasil
6h - Cidadania Debate
7h - Leituras
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - Diplomacia/Inclusão
9h - Parlamento Brasil
9h30 - Alô Senado
10h - Especial/Comissões
12h - Cidadania Entrevista
12h30 - Direto do Cafezinho
13h - Cidadania Debate
13h45 - Senado Agora (ao vivo)
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Senado Agora
18h45 - Direto do Cafezinho/Comissões (ao vivo)
19h - Cidadania Debate
20h - Direto do Cafezinho
20h30 - Cidadania Entrevista
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)/Comissões

TERÇA A QUINTA-FEIRA

1h - Plenário (reapresentação) ou Comissões (reapresentação)/Cidadania
5h30 - Alô Senado ou Leituras
6h - Cidadania Debate
7h - Direto do Cafezinho
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - Direto do Cafezinho
8h15 - Senado Informa/Aconteceu no Senado
8h30 - Direto do Cafezinho
8h45 - Senado Informa/Aconteceu no Senado
9h - Direto do Cafezinho
9h30 - Comissões (ao vivo)
13h45 - Senado Agora (ao vivo)
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Senado Agora
18h45 - Direto do Cafezinho/Comissões (ao vivo)
19h - Cidadania Debate
20h - Direto do Cafezinho
20h30 - Cidadania Entrevista
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)/Comissões

SEXTA-FEIRA

1h - Plenário (reapresentação) ou Comissões (reapresentação)/Cidadania
5h30 - Parlamento Brasil
6h - Cidadania Debate
7h - Direto do Cafezinho
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - Direto do Cafezinho
8h15 - Senado Informa/Aconteceu no Senado
8h30 - Direto do Cafezinho
8h45 - Senado Informa/Aconteceu no Senado
9h - Plenário (ao vivo)
13h45 - Senado Agora (ao vivo)
14h - Comissões (inéditas ou reapresentação)
18h45 - Direto do Cafezinho
19h - Cidadania Debate
20h - Direto do Cafezinho
20h30 - Cidadania Entrevista
21h - Jornal do Senado Federal
21h30 - Plenário (reapresentação)/Comissões (inéditas)

SÁBADO - 10.11.2007

1h - Cidadania Debate
2h - Leituras
2h30 - Diplomacia
3h30 - Cidadania Entrevista
4h - Alô Senado
4h15 - Ecosenado - Poluição do ar em São Paulo
4h30 - De coração
- Exercícios físicos nas doenças cardíacas
5h - Conversa de Músico
6h - Cidadania Debate
7h - Alô Senado (reprise)
7h15 - Ecosenado (reprise)
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - De coração (reprise)
8h30 - TV Brasil Internacional Hecho a Mano
9h30 - Leituras
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica? Orquestra Cega - Egito
11h - Parlamento Brasil
11h30 - Diplomacia
12h30 - Cidadania Entrevista
13h - Alô Senado
13h15 - Ecosenado (reprise)
13h30 - Cidadania Debate
14h30 - Conversa de Músico
15h30 - Mesa Brasileira Gaúchos e Colonos
16h30 - Especial - Cartas ao País dos sonhos
17h40 - Cidadania Entrevista
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
19h - Cidadania Debate
19h45 - Alô Senado
20h - Leituras
20h30 - Ecosenado (reprise)
21h - Parlamento Brasil
21h30 - Especial (reprise)
22h40 - Diplomacia
23h30 - De coração (reprise)
24h - Espaço Cultural - Ópera Poranduba

DOMINGO - 11.11.2007

1h - Cidadania Debate
2h - Alô Senado
2h15 - Ecosenado (reprise)
2h30 - Diplomacia -
3h30 - Cidadania Entrevista
-
4h - Leituras
4h30 - De coração (reprise)
5h - Conversa de Músico
6h - Cidadania Debate
7h - TV Brasil Internacional (reprise)
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - Leituras
8h30 - De coração (reprise)
9h - Diplomacia
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
11h - Alô Senado
11h15 - Ecosenado (reprise)
11h30 - Especial
12h30 - Cidadania Entrevista
13h - Parlamento Brasil
13h30 - Cidadania Debate
14h30 - Espaço Cultural (reprise)
16h - Mesa Brasileira (reprise)
17h - Diplomacia
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
19h - Cidadania Debate
19h45 - Conversa de Músico
20h30 - Leituras
21h - Mesa Brasileira (reprise)
22h - Especial (reprise)
23h10 - Parlamento Brasil
23h40 - De coração (reprise)
24h10 - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)

Como sintonizar

TV A CABO

NET, TVA e Vídeo Cabo

TV POR ASSINATURA

Sky (canal 118), Directv (217) e Teccat (17)

UHF

João Pessoa (canal 40), Fortaleza (43), Brasília (51), Salvador (53), Recife (55) e Manaus (57).

ANTENA PARABÓLICA

Sistema analógico:

Satélite - B1

Transponder - 11 A2 Polarização: Horizontal
Frequência - 4.130 MHz

Sistema digital:

Satélite - B1

Transponder - 1 Banda Estendida, Polarização: Vertical

Frequência - 3.644,4 MHz

Frequência (Banda - L) -

1.505,75 MHz

Antena - 3,6 m

PID - Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110

Receptor de Vídeo/Áudio

Digital NTSC MPEG-2 DVB

Symbol Rate - 3,2143Ms/s

FEC - ¾

Seminário expõe boas práticas ambientais

“É nessa busca conjunta e sem imposição de regras dos mais ricos sobre os mais pobres que a gente vê quão importante são essas ações que o Poder Legislativo está fazendo. É a partir daí que vamos conquistar mudanças significativas para melhorar o nosso planeta.” Foi assim que a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), presidente de honra do programa Senado Verde, definiu, na manhã de segunda-feira, o 1º Seminário de Boas Práticas Ambientais do Poder Legislativo, iniciativa do Senado, Câmara e Tribunal de Contas da União (TCU).

O seminário ocorreu entre segunda-feira e quarta-feira da semana passada, com diversas palestras que englobam assuntos como gestão socioambiental de resíduos, transporte sustentável, democratização da linguagem ambiental, arquitetura e construção sustentável e ONGs ambientalistas “construindo parcerias”, entre outros.

Segundo a senadora, que fez parte da mesa de abertura do seminário, ao dar visibilidade às ações e experiências obtidas com a adoção de programas de gestão ambiental nos três níveis do Poder Legislativo, o evento torna-se uma importante ferramenta para mostrar e exemplifi-

car aos demais órgãos públicos, ao empresariado e também à sociedade que é preciso que todos se envolvam nesse processo “da busca pelo desenvolvimento com sustentabilidade, mas com a preocupação também de construir um planeta melhor para todos e com a vida preservada”.

Ao abrir oficialmente o evento, o deputado Sarney Filho (PV-MA) lembrou que, nesse processo, não basta ao Legislativo exercer suas competências

Evento foi parceria entre Senado, Câmara e Tribunal de Contas da União

constitucionais de legislar e fiscalizar. Importa também, segundo ele, a adoção de práticas saudáveis que tenham por objetivo dar exemplo de boas

práticas ambientais no âmbito da administração pública como um todo. Entre as medidas que podem ser efetivadas sem dificuldades, o deputado citou a leitura de textos pelo computador, em vez de imprimi-los em papel; a utilização de copos de vidro no lugar de usar vários de plástico durante um único dia; e a destinação de resíduos em lixeiras corretas.

Também participaram da mesa de abertura do seminário o diretor-geral do Senado, Agaciel Maia; o secretário-geral do TCU, Sérgio Freitas; e o diretor-geral da Câmara, Sérgio Sampaio.

SEGURANÇA

Senado realiza debate sobre violência urbana

Violência urbana, legalização das drogas, superpopulação das penitenciárias, redução da maioria penal no Brasil e impunidade foram os principais pontos discutidos na primeira parte do I Simpósio Nacional sobre Combate ao Crime Organizado, Lavagem de Dinheiro, Recuperação de Ativos de Origem Ilícita no Exterior, Corrupção e o Combate ao Tráfico Internacional de Drogas. O debate, que teve início na quarta-feira, no auditório Petrônio Portela, contou com palestras dos senadores Jefferson Péres (PDT-AM), Alvaro Dias (PSDB-PR), Valter Pereira (PMDB-MS) e Edison Lobão (PMDB-MA).

Estiveram na Mesa de abertura do simpósio o diretor-geral do Senado, Agaciel da Silva Maia; o presidente do Instituto de Estudos Legislativos Brasileiros (Idelb), Josué Ferreira; e a diretora-executiva do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), Denise Zoghbi.

A primeira palestra foi feita por Jefferson Péres, que foi incisivo na defesa de que as principais medidas a serem tomadas, que resultem na redução da violência, têm a ver com o planejamento de uma reforma urbana no Brasil e a legalização das drogas em todo o mundo. Na visão do senador, com o oferecimento de condições de cidadania a regiões periféricas dos centros urbanos – com criação de hospitais, escolas, quadras esportivas etc. – as favelas não seriam



Alvaro Dias (E); Josué Ferreira, presidente do Idelb; Jefferson Péres; e Garibaldi Alves Filho abrem simpósio no auditório Petrônio Portela

mais um ambiente apropriado à instalação e permanência do tráfico de drogas. Essa medida, casada com a legalização das drogas, destruiria os principais pilares do mercado internacional de narcotráfico, avaliou o senador.

Em seguida, Alvaro Dias falou sobre crimes de lavagem de dinheiro. Lembrou que o Brasil só adotou mecanismos contra a lavagem e evasão de divisas em 1996, com elaboração de projeto de lei que criminalizava a movimentação de “dinheiro sujo”. Segundo o senador, a lavagem de dinheiro movimentava entre US\$ 500 bilhões e US\$ 1,5 trilhão por ano no mundo. Disse ainda que, para o FBI, a polícia federal americana, o Brasil movimentava cerca de 2,5% do total oriundo do crime.

Valter Pereira apresentou propostas de ações que ele julga serem eficazes contra a violência e a criminalidade, que são: recuperação e ressocialização de penitenciários; uso de tecnologias para o combate ao crime – como a criação de pulseiras de monitoramento eletrônico para presos e o bloqueio de celulares em prisões; unificação das polícias civil e militar; maior repasse de recursos à segurança pública; e a redução da maioria penal no Brasil.

Já Lobão afirmou que os tópicos relacionados no título do simpósio não poderiam ser tratados em separado. Crime organizado, lavagem de dinheiro, corrupção, tráfico de drogas e acumulação de ativos no exterior são indissociáveis, analisou.

Esta edição do Jornal do Senado deixa de publicar, excepcionalmente, a seção Resenha.

Arquivo aberto

Cinema celebra seu dia nacional

O Dia do Cinema Nacional é comemorado no dia 5 de novembro. Em junho de 1999, o Senado instalou subcomissão com o objetivo de “fazer um estudo exaustivo da situação do cinema nacional e propor legislação específica de fomento à atividade”. O presidente foi o senador José Fogaça, e o relator, o senador Francelino Pereira. Para Francelino, a subcomissão “foi criada, primeiro, para convencer o próprio Congresso, e por extensão as assembleias legislativas e câmaras de vereadores, que o cinema é uma arte e uma indústria que tem uma importância vital para a sociedade não apenas como cultura, não apenas como um meio de produção, mas também para o próprio desenvolvimento e riqueza

do país”. Em 6 de novembro de 1996, o senador Roberto Freire pediu incentivos para o cinema: “Temos história, a arte pulsa em nossas veias e ruas e se não cabe ao poder público tutelá-la, este precisa criar instrumentos efetivos para, juntamente com a iniciativa privada, incentivá-la”. Em 27 de maio de 1997, o senador Ademir Andrade ressaltou: “Não podemos pensar na arte cinematográfica resumida apenas como forma de entretenimento e diversão. Muito além disso vai seu alcance pedagógico e a formação cultural”. Na Rádio Senado, a história do cinema brasileiro é contada com destaque para as trilhas sonoras no *Cine Musical*, programa apresentado por Cezar Motta.

Há 45 anos –

Em 5 de novembro de 1962, foi criada a Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnen) – Lei 4.118/62. A Cnen é uma autarquia federal, vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia, que funciona como órgão superior de planejamento, orientação, supervisão e fiscalização, estabelece normas e regulamentos em radioproteção e licença, fiscaliza e controla a atividade nuclear no Brasil. Em 10 de agosto de 2005, a TV Senado entrevistou o presidente da Cnen, Odair Dias Gonçalves, com o tema “Usina nuclear e produção de energia”. O senador Jonas Pinheiro, em setembro de 1995, visitou as instalações de Angra 2 (foto) e disse ter “reforçado as convicções quanto à importância do uso da nucleoeletricidade no nosso país, também pelo alto grau de segurança proporcionado pela tecnologia”. Em 10 de agosto de 2007, o **Jornal do Senado** informou que, durante a audiência pública para discutir o programa energético brasileiro, o secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério das Minas e Energia, Márcio Zimmerman, disse ter a intenção de começar a operar a usina nuclear de Angra 3 em 2013.



Coluna produzida pelo Serviço de Pesquisas Jornalísticas do Cedoc Multimídia

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente interino: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Moraes
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

JORNAL DO SENADO

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Davi Emerich (61) 3311-3333

Editor-chefe: Eduardo Leão
Edição: Djalba Lima, Edson de Almeida, Flávio Faria, Janaina Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Valter Gonçalves Júnior.

Reportagem: Cíntia Sasse, João Carlos Teixeira, Mikhail Lopes, Paula Pimenta, Sylvio Guedes e Thâmara Brasil.

Diagramação: Iracema F. da Silva, Henrique Eduardo, Osmar Miranda, Bruno Bazílio e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
Arte: Cirilo Quartim e Leif Bessa
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Agência Senado
Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa

e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670
Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137
Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar 70165-920 Brasília (DF)

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado em conjunto com a equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Invista para garantir o futuro

Saldadas as dívidas e estabilizada a situação financeira, é hora de investir a poupança e garantir que os filhos possam cuidar da vida financeira deles no futuro. Veja nesta última edição sobre gestão de finanças pessoais um exemplo de orçamento doméstico e os conselhos dos especialistas sobre investimento da poupança familiar.

O que o planejamento financeiro deve ter

Veja um exemplo de orçamento para organizar suas despesas domésticas mensais. Os percentuais da coluna da direita deverão ser definidos de acordo com as necessidades da família

RECEITAS: salário, pensão, renda de aluguel etc.	
DESPESAS	%
Moradia: aluguel ou prestação, água, luz, gás, condomínio, manutenção, benfeitorias	
Alimentação, limpeza e higiene: supermercado, açougue, padaria, feira, restaurantes	
Transportes: passagens (ônibus, metrô), combustível, prestação e manutenção do carro, aluguel de garagem, gorjeta do flanelinha	
Saúde: plano de saúde, consultas, exames, remédios, dentista, academia de ginástica	
Educação: mensalidades, livros, taxas	
Vestuário, calçados, roupa de cama, mesa e banho: roupas, acessórios, costureira, lavanderia	
Cuidados pessoais: salão de beleza, barbeiro, cosméticos	
Previdência e seguros: previdência privada e seguro de automóvel	
Cultura e lazer: programas culturais, presentes, livros, jornais e revistas, TV a cabo, internet, videolocadora, restaurante, férias	
Telefones: fixo e celulares	
Despesas financeiras: tarifas bancárias, juros do cheque especial, empréstimos	
Impostos: IR, IPVA, IPTU, CPMF	
Outras despesas: ajuda a parentes, doações, dízimo, pensão alimentícia, animais domésticos, poupança	

* IBGE - Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) 2002-2003

Não troque de emprego sem calcular o salário

Na hora em que aparece uma vaga ou proposta de trabalho, é preciso saber se vale a pena. E não basta olhar no contracheque: para saber quanto se ganha, é preciso levar em conta os benefícios (plano de saúde, previdência privada, alimentação etc.), bônus (prêmios em dinheiro) e outros incentivos que formam a remuneração total.

Por exemplo, um funcionário com um salário de R\$ 1 mil mensais, um bônus anual de mais um salário, um plano de previdência privada, um seguro de vida e assistências médica e odontológica, teria que:

- ① multiplicar os R\$ 1 mil por 13 salários = R\$ 13 mil ao ano
- ② somar a esse valor mais R\$ 333 (1/3 de salário referente ao abono de férias) = R\$ 13.333
- ③ acrescentar o bônus (R\$ 1 mil) = R\$ 14.333
- ④ calcular e somar o Fundo de

Garantia (FGTS - 8% de todos os valores recebidos): 8% de R\$ 14.333 = R\$ 1.146 + R\$ 14.333 = R\$ 15.479

- ⑤ somar R\$ 1.300 do plano de previdência (cerca de 10% do salário anual)
- ⑥ mais R\$ 1 mil do seguro de vida
- ⑦ mais R\$ 1,5 mil da assistência médica
- ⑧ mais R\$ 800 da assistência odontológica

Resultado: R\$ 20.079 por ano, ou R\$ 1.673 mensais.

Por isso, trocar um salário de R\$ 1 mil por um de R\$ 1,5 mil pode parecer um bom negócio a princípio — e um prejuízo quando se analisa a remuneração total. Em geral, segundo os especialistas, uma proposta de emprego pode ser considerada financeiramente boa se gera um aumento de pelo menos 20% na remuneração total.



FABIANA BELTRAMINI/FOLHA IMAGEM

Preparar as crianças desde cedo para lidar com as finanças, além de transformá-las em consumidores conscientes no futuro, ajuda a família a cumprir seu planejamento financeiro

Faça seu dinheiro trabalhar para você!

Aquela poupança suada precisa render o máximo e a primeira lição dos consultores financeiros é: não recorra à ajuda do gerente do banco. Lembre-se que o interesse dele pode não ser o máximo rendimento do seu dinheiro, mas sim cumprir a meta.

✓ Em primeiro lugar, não existe investimento livre de risco. Até com investimentos ditos “seguros”, como a poupança, existe o risco de os juros não acompanharem a taxa da inflação — e você perde com isso.

✓ Quanto maior o retorno, maior o risco. Tenha isso em mente desde o começo.

✓ Desconfie muito daquele “negócio da China” — os jornais estão cheios de poupadores que entregaram o suor de uma vida em troca de falsos bilhetes premiados de loteria.

✓ Não coloque “todos os ovos em uma única cesta” — mesmo que seja aplicar tudo o que tem na construção de um imóvel, dito um dos investimentos mais sólidos (já pensou se aparece alguém questionando a propriedade na Justiça?).

✓ Para decidir como investir, pergunte-se:

- ① Para que invisto? De quanto preciso?

- ② Quando vou precisar do dinheiro? (Quanto mais longo o prazo, maior costuma ser o rendimento).

- ③ Quanto de risco posso correr para obter rendimentos maiores?

- ④ Conheça bem as características dos investimentos financeiros: taxa de administração, rentabilidade, desempenho histórico, impostos, etc. fazem toda a diferença na hora de escolher. Pesquise sempre antes de aplicar.

- ⑤ Lembre-se do que você procura: segurança, valorização, proteção contra a inflação, liquidez.

- ⑥ Compre baixo e venda alto.

- ⑦ Reinvista seu lucro.

- ⑧ Não deixe a segurança de seu futuro financeiro para alguém cuidar.



Dicas

✓ Não atrase, não pague apenas o mínimo, nem parcele o pagamento do cartão de crédito.

✓ Não pague contas de luz, telefone, água e importos com cartão de crédito se há possibilidade de não pagar em dia o total da fatura. Em caso de atraso do pagamento do cartão, os juros cobrados são maiores do que quando se atrasa o pagamento das contas. Exemplo: se atrasar a conta de luz da Eletropaulo, a multa será de 2% e os juros, de 0,99% ao dia. No cartão de crédito, pagar apenas o valor míni-

mo implica a cobrança de juros entre 10% a 12% ao mês.

✓ Troque dívidas com juros altos por outras de menor taxa, mas resista à tentação de pegar mais dinheiro na troca. Se você tem dívidas, o ideal é pagá-las e não fazer outras.

✓ Aprenda a distinguir entre ativo (bens e aplicações que têm rendimento) e passivos (obrigações, dívidas). Quando você compra um carro, adquire junto com o ativo (carro) diversas obrigações (combustível, IPVA, seguro, multas etc.).

Ensine seu filho a lidar com dinheiro

Preparar os filhos para aprender a organizar as próprias finanças, além de torná-los, no futuro, consumidores conscientes, ajuda a família a cumprir seu planejamento financeiro.

Por volta dos cinco anos, a criança está preparada para receber as primeiras lições. Cultive sua independência deixando que ela entregue o dinheiro ao vendedor, por exemplo. Deixe escapar um “como está caro esse computador” para que a criança perceba que existem diferenças de valor. Lembre-se de ensiná-la a distinguir entre “querer” e “precisar”. Impor limites é importante nesse aprendizado.

Administrar a mesada pode ser uma boa oportunidade para pôr em prática os ensinamentos. Até os 11 anos de idade, é recomendável optar pela semanada. Como têm uma rotina mais simples, a percepção da passagem de tempo é bem mais lenta para as crianças. Controlar o dinheiro num intervalo de sete dias, portanto, ficará mais fácil do que em 30 dias.

A mesada não deve ser usada como prêmio por tirar nota boa ou por ajudar os pais numa tarefa doméstica. Isso faz parte das obrigações da criança. Também não vale determinar como usar o dinheiro. A criança deve ser livre para fazer suas escolhas. Nessa fase, a lição a ser aprendida é o “custo da pressa”. É preciso ensinar a criança e o jovem a juntar dinheiro para realizar o sonho.

Saiba mais

Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), da Universidade de São Paulo
Avenida Corifeu de Azevedo Marques, 5.677
Vila São Francisco
São Paulo (SP) - CEP 05339-005
(11) 3767-1700/1701
Fax: 3767-1770